



REGINA LÚCIA DE ALMEIDA ROCHA  
RELATÓRIO DE GESTÃO | 2012 – 2016

MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO



# SUMÁRIO

	<b>APRESENTAÇÃO</b>	6
<b>1</b>	<b>AÇÕES E RESULTADOS</b>	8
1.1	Projetos institucionais constantes de nossa plataforma inicial, e os respectivos resultados:	9
<b>2</b>	<b>CONQUISTAS / AVANÇOS NA ÁREA DE PESSOAL</b>	22
2.1	Criação de Cargos/Funções	23
2.2	Realização de Concursos Públicos	26
2.3	Reajustes Salariais	29
2.4	Auxílio-Alimentação	30
2.5	Remoção de Servidores	30
2.6	Adicional de Qualificação	31
2.7	Outras conquistas e avanços	31
<b>3</b>	<b>DETALHAMENTO DOS ATOS INERENTES À GESTÃO DE PESSOAS</b>	36
3.1	Provimento de Cargos: (admissões, exonerações/aposentadorias):	37
3.2	Vacâncias de Cargos	38
3.3	Movimentações na Carreira de Membros	39
3.4	Movimentações na Carreira - Servidores	40
3.5	Adicional de Qualificação (AQ)	40
3.6	Nº de membros e servidores treinados cujos Projetos Básicos (Termos de Referências) elaborados pela Coordenadoria de Gestão de Pessoas	41
3.7	Gestão do Estágio Não-obrigatório	42
3.8	Programa de Qualidade de Vida	43
3.9	Procedimentos Administrativos - Atividades de Rotina CGP	44
3.10	Outras atividades desenvolvidas na área de Gestão de Pessoas	45
<b>4</b>	<b>ANEXO</b>	46

# APRESENTAÇÃO



## Excelentíssimo (a) Senhor (a) Procurador(a) de Justiça, Excelentíssimo (a) Senhor (a) Promotor(a) de Justiça, Senhor (a) Servidor,

Após quatro anos de trabalho a frente da Procuradoria-Geral de Justiça, agradeço, em meu nome e de minha equipe, o trabalho desempenhado pelos membros, servidores, estagiários, colaboradores, terceirizados, coordenadores dos Caop's, diretora da ESMP/MA, assessores, diretores, subprocurador-geral para Assuntos Jurídicos e subprocuradora-geral para Assuntos Administrativos, enfim, todos aqueles que fizeram esta Instituição ser cada vez mais eficiente e respeitada pela sociedade maranhense e brasileira.

Agradecer! Esta é a palavra certa, por poder contar com a equipe de membros e servidores, que ocuparam os cargos na Administração Superior, desenvolvendo ações e projetos para o fortalecimento e melhoria das estruturas de trabalho. Agradecer ao Colégio de Procuradores de Justiça pela parceria contínua durante os 04 anos de mandato, e a todos os Promotores de Justiça do Estado do Maranhão, que pelas suas atuações incisivas e resolutivas propiciaram resultados objetivos em favor de toda a sociedade.

O Ministério Público do Estado atualmente conta com 336 membros e 1370 servidores, entre efetivos, comissionados e requisitados. Temos uma grande estrutura administrativa, com 41 sedes próprias e todas as demais, 92, locadas ou cedidas. Não possuímos mais nenhuma sede de Promotoria de Justiça dentro de Fórum, levando a maior autonomia administrativa.

Construímos as sedes das Promotorias de Justiça de Governador Eugênio Barros, Colinas, Paço do Lumiar, Pindaré Mirim, Maracaçumé, e entregamos a nova sede da Procuradoria-Geral de Justiça, atual centro administrativo do Ministério Público.

Chegamos praticamente à conclusão das obras das Promotorias de Justiça de Imperatriz, e em fase final das obras da reforma das Promotorias da Capital, as quais serão abordadas adiante.

A melhoria na estruturação tecnológica foi uma das mais importantes medidas adotadas, com a implantação do sistema SIMP e o sistema DIGIDOC em fase inicial de implemento, que elevaram o controle e a transparência dos atos do Ministério Público, bem como a melhoria na qualidade da internet, com a ampliação da velocidade para todas as promotorias de justiça, e a implantação do Diário Eletrônico do MP.

Neste momento, quero agradecer as parcerias firmadas com todos os órgãos externos, conselhos, Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, CGU, MPC, MPF, Governo do Estado, Polícias Civil, Militar e Federal, CNMP, CNPG e com a sociedade civil organizada, parcerias estas que concretizaram a execução dos trabalhos e resultados alcançados em prol da coletividade.

Como consequência direta dessas parcerias, pelo quarto ano consecutivo, o Ministério Público do Maranhão possui projetos finalistas e premiados no Banco Nacional de Projetos -Prêmio CNMP.

Registro também um agradecimento especial às entidades de classes AMPEM, CONAMP, ASFUPEMA e SINDESEMP, que nos momentos relevantes, agiram em prol das garantias e manutenção dos direitos e prerrogativas da Instituição e sempre souberam buscar o diálogo, apresentando sugestões e críticas, em busca da melhoria da prestação jurisdicional.

Apresento aos(as) senhores(as) um balanço das ações e resultados alcançados, que foram construídos por todos os que fazem o Ministério Público maranhense, informando ainda que os relatórios anuais de 2012 a 2015 estão publicados no portal da transparência.

*Regina Lúcia de Almeida Rocha*  
**Regina Lúcia de Almeida Rocha**  
Procuradora-Geral de Justiça

1

# AÇÕES E RESULTADOS



## 1.1 PROJETOS INSTITUCIONAIS CONSTANTES DE NOSSA PLATAFORMA INICIAL, E OS RESPECTIVOS RESULTADOS

1. Implantação de gestão verdadeiramente democrática, com a criação de instrumentos de participação direta dos Membros nas decisões da Administração Superior. Foram desenvolvidas reuniões administrativas em São Luís e Timon. Implementadas ainda, reuniões itinerantes da Administração Superior, através das Subprocuradoria Administrativa, Diretoria-Geral, Centros de Apoio Operacionais com visitas às Promotorias de Justiça e com reuniões regionais em Imperatriz, Timon, São Luís, tratando de assuntos da atividade-fim e área meio.
2. Compromisso com a valorização da carreira do Ministério Público, mantendo a paridade Institucional com a magistratura sob o aspecto remuneratório, bem como, sob o prisma da qualidade e estrutura de trabalho dos Procuradores, Promotores de Justiça e servidores, através dos Projetos de Leis enviados ao Colégio de Procuradores de Justiça, e posteriormente aprovados na Assembleia Legislativa e sancionados pelo Executivo, durante os anos de 2012 a 2016. Obtivemos importantes avanços remuneratórios, com reajuste de subsídios e outras conquistas, como o pagamento da direção de Promotoria e aumento do valor do auxílio-alimentação. Pela via administrativa reconhecemos o direito e efetivamos o pagamento da Parcela Autônoma de Equivalência - PAE, e saldamos o valor total do auxílio-alimentação retroativo. Também instituímos a possibilidade de conversão em pecúnia de um terço de férias, a partir do exercício de 2013.
3. Cumprindo decisão judicial, foi procedida à compensação dos valores retidos a título de Imposto de Renda, sobre o adicional de férias. Pagamento de auxílio-moradia a todos os membros na ativa. Criação de 29 novos cargos de Promotor de Justiça, sendo 21 da entrância final (LCE nº. 155/2013).
4. Obediência intransigente ao princípio da imparcialidade e da isonomia, afastando privilégios e tratamentos orientados

por interesses individuais e/ou partidários, em especial no tocante à concessão de direitos, pela via administrativa. Tramitação dos processos administrativos de forma rápida e célere, de forma a garantir os direitos pleiteados, a exemplo de concessão de autorização para viagens de membros e servidores para participarem de cursos, eventos institucionais, reconhecimento e pagamento de direitos de forma indistinta, a exemplo das conversões em pecúnia da licença prêmio, dentre outras.

5. Aumento da eficiência da gestão ministerial, com criação de metas administrativas para cada unidade de trabalho do Ministério Público do Maranhão. Descentralização da Administração e implantação de rotinas administrativas, com fluxogramas para cada uma delas e criação de novos setores, dentre os quais a Assessoria de Planejamento.
6. Criação, através da proposta enviada ao Colégio de Procuradores de Justiça, posteriormente transformada na Lei nº 9.688/2012, e provimento de cargos de Assessor de Promotor de Justiça para todas as Promotorias, garantindo assim a isonomia entre os membros, vez que antes disso somente existiam cargos de assessor para os Promotores da entrância final, e apenas duas intermediárias: Imperatriz e Viana.

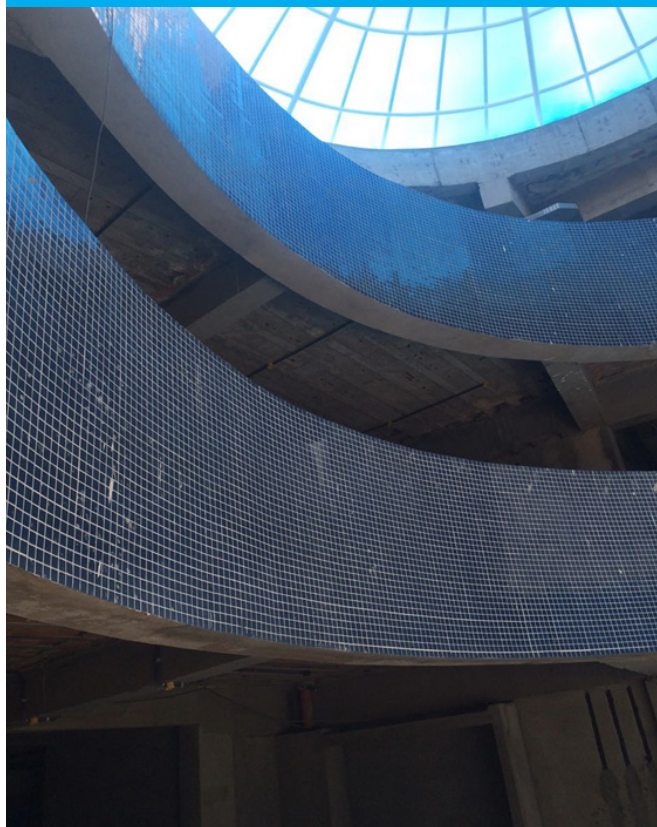






7. Finalização do projeto para construção do Anexo do prédio das Promotorias de Justiça de Entrância Final, tendo em vista a necessidade de expansão. O Projeto do Anexo do prédio das Promotorias de Justiça da Capital, já está em tramitação na Prefeitura de São Luís, aguardando aprovação.
8. Prosseguimento dos trabalhos de reforma do prédio sede das Promotorias da Capital, após a finalização da recuperação estrutural, que foi finalizada em 2013. Atualmente o prédio encontra-se em fase de conclusão, já iniciada a fase de urbanização do seu perímetro. A previsão contratual para o encerramento da reforma é para o mês de setembro de 2016. Está em andamento o processo licitatório para a refrigeração, e sendo ultimado o projeto para o cabeamento estruturado/rede estabilizada, a fim de ser licitado. Este é o atual aspecto das obras:
9. Concluímos e entregamos a nova sede da Procuradoria-Geral de Justiça, com a realização de todas as licitações para aquisição de móveis e equipamentos necessários para seu funcionamento.
10. Modernização e ampliação do parque tecnológico da Procuradoria-Geral de Justiça e das Promotorias de Justiça:
  - a. Foi modernizado e ampliado o parque tecnológico, com aumento da capacidade de armazenamento de e-mail, videoconferência, dentre outras tecnologias;
  - b. Implantado o Sistema SIMP nas promotorias de justiça da Capital, Procuradorias, Centros de Apoio, Protocolos, Promotorias de Justiça de São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar, Imperatriz, Timon, Caxias, Codo, Bacabal, Santa Luzia do Tide, Morros, Rosário, Humberto de Campos, Senador La Roque, Montes Altos, João Lisboa, Pindaré-Mirim;

- c. Está em execução o projeto de modernização e aumento da capacidade e velocidade da internet de toda a Instituição, incluindo as Promotorias de Justiça do interior do Estado, com conclusão prevista para agosto de 2016;
  - d. Início da implantação o Sistema DIGIDOC na PGJ, a partir de 15 de junho de 2016, para tramitação de processos administrativos on line, já tendo sido treinados membros e servidores da PGJ.
11. Garantida a rápida reposição dos equipamentos de informática e móveis de escritório defeituosos, em respeito a continuidade dos serviços ministeriais, buscando regionalizar o suporte técnico;
12. Reestruturação e Construção das sedes das Promotorias de Justiça de entrância inicial e intermediária com recursos assegurados do FEMPE (Fundo Especial do Ministério Público), de forma programada e planejada, com a criação de identidade visual, conforme diretriz emanada do Planejamento Estratégico do Ministério Público:
- a. Aprovamos o Projeto Padrão das Promotorias de Justiça de entrâncias inicial e intermediária, nos termos da Resolução n.º 81/2012 do CNMP, que foi observado nas construções das Promotorias de Justiça de Maracaçumé, Pindaré, Eugênio de Barros, Paço do Lumiar e Colinas;



- b. Reforma de sedes e locação de imóveis para funcionamento de Promotorias no interior do Estado. Em fase final de construção a nova sede das Promotorias de Imperatriz, com cerca de 90% concluído, conforme registros abaixo;
- c. Mudança da sede das Promotorias de Justiça da Capital, antiga sede da COHAMA, para novo prédio locado no São Francisco, no antigo Hotel Panorama;
- d. Locação de um prédio para o núcleo de execução penal;
- e. Locação de uma nova sede para as Promotorias de Justiça de Substituição Plena, e para a Promotoria do Consumidor que funciona juntamente com o Memorial do Ministério Público.
- f. Locação de espaço para estacionamento de veículos, servidores e membros, próximo à Promotoria da Capital;
- g. Nenhuma Promotoria de Justiça do Estado funciona em Fórum, atualmente.

#### Aspecto atual das Promotorias de Justiça de Imperatriz





13. Resgatada a atratividade da carreira dos quadros efetivos do Ministério Público, tanto no aspecto remuneratório, com implementação do Plano de Cargos e Salários, como na formação dos servidores. Implantado novo Plano de Cargos e Salários com reajustes reais para servidores efetivos (2012) e comissionados (2013). Concedida reposição anual em 2013 e 2014 acima do valor da inflação oficial. Reajuste e pagamento do auxílio alimentação nos afastamentos legais dos servidores. Instituição do Adicional de Qualificação - AQ a partir de 2013. Criação de manual de rotinas para otimizar a prestação dos serviços.
14. Realizado concurso público para provimento de novos cargos de Promotores de Justiça e servidores, garantindo a estes últimos, prévio concurso de permuta e remoção. Realizado concurso de servidores em 2013, e concluído concurso de membros em 2014, com a posse de 40 membros em 2015 e mais seis membros em 2016, em face de exonerações requeridas. Realizados concursos de remoção de servidores.

15. Trabalhamos administrativa e institucionalmente para garantir entre os anos de 2013 a 2016, com aprovação pelo Colégio de Procuradores de Justiça das propostas orçamentárias apresentadas, e acolhidas pelos Poderes Executivo e Legislativo.
16. Ampliação do processo seletivo para estágio remunerado, estendendo-o para Promotorias de entrância intermediária e inicial. Realizado concurso de estágio em 2015, com 4.333 mil inscritos, incluindo-se as Promotorias de Justiça de Imperatriz, Balsas, Codó, Açailândia, Timon e Bacabal. Estando hoje com nova realização de concurso para estagiários em andamento, já na fase de análise pela Administração Superior.
17. Pagamento da função de Diretoria de Promotoria, por meio da Lei Complementar nº. 148/2012, no percentual de 10% (dez por cento) do subsídio.
18. Com relação à proposta de aumento do valor da substituição para até 30% (trinta por cento) do subsídio, apresentamos anteprojeto de lei contemplando o reajuste, ao Colégio de Procuradores de Justiça, que contudo rejeitou a proposta no patamar encaminhado.
19. Reconhecimento do caráter nacional do Ministério Público e nivelamento com o Ministério Público da União, sob os mais variados aspectos institucionais, administrativos e remuneratórios, incorporando, inclusive, experiências e programas consagrados em outros ramos do MP. Irmanadas parcerias com o Ministério Público Federal, Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, Conselho Nacional de Procuradores Gerais de Justiça - CNPG, entre outras instituições. Criamos por Lei o auxílio-alimentação para membros, e cumprindo determinação do CNMP, implantamos o auxílio- moradia, aos membros do Ministério Público.
20. Releitura e revisão geral da Lei Complementar Estadual n. 13/91, visando adequá-la a atual conjuntura do MPE/MA e aos anseios dos membros ministeriais. Além das diversas modificações efetivadas,



criamos uma Comissão formada por membros, estando os trabalhos em andamento, para rever pontos principais e necessários para adequação legislativa.

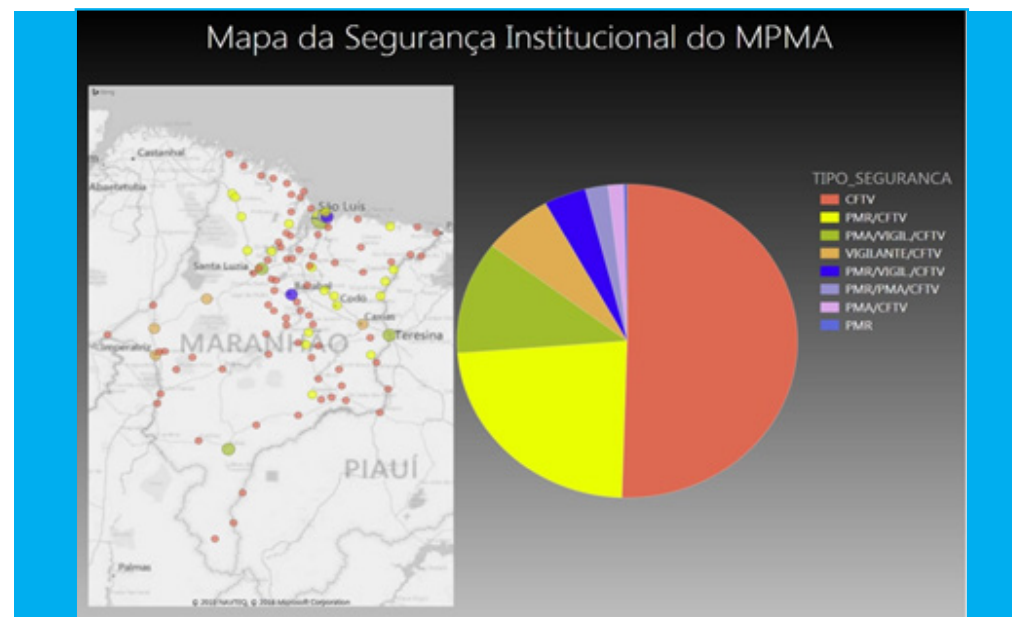
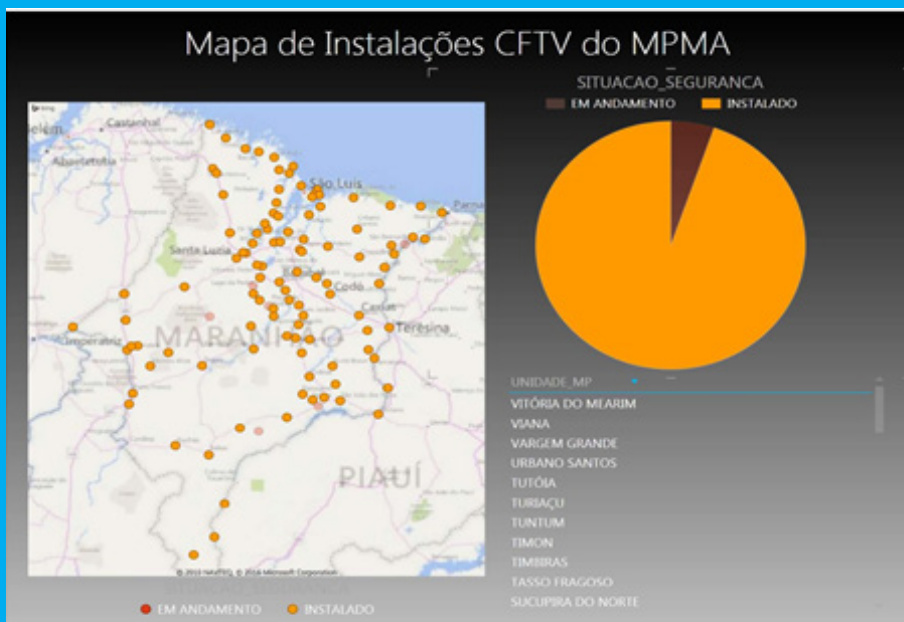
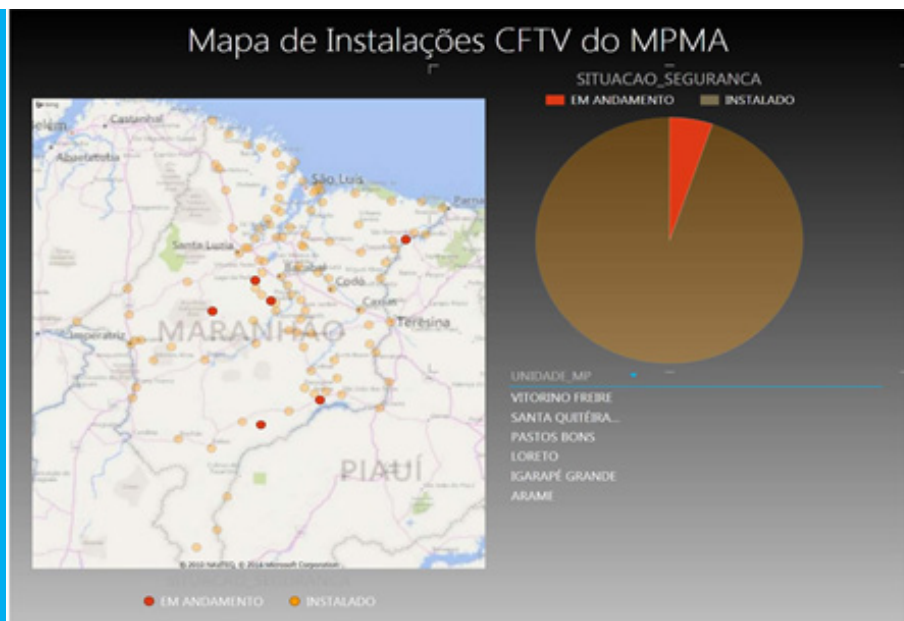
21. Buscamos uma maior interação, bem como o compartilhamento de informações e projetos com os outros órgãos de fiscalização, como o MPF, a CGU, a CGE, o TCE, TCU, Receita Federal e Agências Reguladoras, mediante convênio de cooperação, reuniões e cursos, para elaboração de metas de ação conjunta. Foram celebrados convênios e termos de cooperação com mencionados órgãos ao longo desses anos, representando sensível incremento dessas relações institucionais. O Ministério Público integra a Comissão Executiva da Rede de Controle da Gestão com CGU e TCU.
22. Elaboração de campanhas estaduais de atuação conjunta e uniforme dos membros, potencializado os resultados e reafirmando o caráter de unidade e indivisibilidade da Instituição: Implantados os Projetos Institucionais nas áreas da Educação, Saúde e Segurança Pública. PROGRAMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE: DIREITO DE TODO MARANHENSE; PROGRAMA DIREITO À SAÚDE; PREVENÇÃO, CONTROLE E COMBATE A CORRUPÇÃO; PLANO DE AÇÃO INTEGRADA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO: CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E PENITENCIÁRIA DO ESTADO, todos planejados e executados em conjunto com os CAOPS .
23. Modernização e divisão da Assessoria Técnica, órgão de importante suporte e apoio aos Promotores e Procuradores de Justiça, com configuração adequada à demanda processual e social da região correspondente, formada por profissionais das áreas da contabilidade, e engenharia. Com base no quadro de servidores e lei orçamentária foi implantada a itinerância das Assessorias de Contabilidade e Informática, a exemplo de Imperatriz (contabilidade) e Timon (setor de informática). Fortalecimento do trabalho através do Grupo de Promotores Itinerantes, que foi institucionalizado através do Ato Regulamentar Conjunto nº 16/2013.

24. Propiciamos apoio incondicional aos Promotores e Procuradores de Justiça no exercício de suas funções, ampliando o gabinete de segurança Institucional e o setor psicológico da Instituição, garantindo suporte necessário aos nossos pares e seus familiares, bem como aos servidores:

- Implantado o Programa de Segurança Institucional com capacitação para membros e servidores, realizada em São Luis, Imperatriz, abrangendo todos.
- Através do Ato Regulamentar nº. 18/2013 - GPGJ foi implantado o Programa de Segurança Aproximada de Membros e servidores;
- Implantado a segurança armada nos Prédios da Procuradoria-Geral de Justiça, Promotorias da Capital, e intermediárias, conforme o seguinte quadro:

<b>Prédios- Vigilância Armada</b>	<b>Quantidade de Postos 24h</b>
PGJ (atual/nova sede)	03
Promotoria Capital	02
Almoxarifado	01
Memorial	01
Promotoria de Justiça Imperatriz	02
Promotoria de Justiça Caxias	01
Promotoria de Justiça Santa Inês	01
Promotoria de Justiça Timon	01
Promotoria de Justiça Bacabal	01
Promotoria de Justiça Balsas	01
Promotoria de Justiça São José de Ribamar	01
Promotoria de Justiça Açailândia	01
Promotoria de Justiça Buriticupu	01
<b>TOTAL</b>	<b>17-postos</b>

d. efetivação do Sistema CFTV em Promotorias de Justiça, conforme os seguintes quadros:



25. Acompanhamento das decisões e sessões do Conselho Nacional do Ministério Público, dando-lhes publicidade, suscitando o debate democrático e tomando todas as medidas adequadas no que pertine aos assuntos com repercussão no âmbito Institucional, trabalho este desenvolvido pela Secretaria Institucional, Assessoria Especial, bem como participação nas reuniões do Fórum Nacional de Gestão do CNMP, CNPG e GNDH, com adequação no que pertine aos assuntos com repercussão nacional.
26. Compilação das Resoluções e Atos Normativos em vigor de forma organizada e de fácil acesso no sítio oficial do Ministério Público e encaminhamento eletrônico aos membros e servidores. Organização dos Atos Normativos e Resoluções no sítio da Biblioteca e edição do Volume 2 de normas administrativas, com distribuição aos Membros e servidores.
27. Reformulação do sítio oficial do Ministério Público do Estado do Maranhão, buscando facilitar o acesso à informação, garantindo a



- transparência e divulgação de notícias de cunho Institucional, de forma impessoal. Reformado o site e a intranet, de forma a facilitar o acesso aos membros, servidores e sociedade em geral. Implantada a Lei de Acesso ao Cidadão, e estruturadas as páginas dos CAOPS, de modo a facilitar a consulta.
28. Reorganização da estrutura de pessoal das Procuradorias e Promotorias de Justiça, conforme a necessidade específica de cada entrância, a fim de proporcionar maior efetividade na prestação do serviço, com criação de cargos na estrutura administrativa e fim.
  29. Diante do quadro de servidores e limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, foi feita a reorganização do quadro, visando adequar a estrutura administrativa, para melhor servir aos membros e sociedade. Implantado concurso de remoção em 2012 e 2013. Por meio da Lei nº. 9.688/2012 foram criados 02 (dois) cargos de Assessor de Procurador-Geral de Justiça, 01 (um) cargo de assessor do Subprocurador-Geral de Justiça para assuntos jurídicos e 01 (um) cargo de assessor do Subprocurador-Geral para assuntos Administrativos, bem como foi criada a Assessoria Jurídica da Administração, composta por 01 (um) assessor Chefe e mais 03 (tres) Assessores Jurídicos. Deste modo, estes novos oito cargos criados e implementados proporcionaram uma ampla reestruturação da Assessoria Especial, com a descentralização de suas atividades, e por consequência, proporcionando sensível celeridade no trâmite dos feitos, com o rígido cumprimento dos prazos judiciais e administrativos. A Assessoria Jurídica da Administração ocupa-se sobretudo dos feitos administrativos relativos a processos licitatórios e de direitos de servidores, proporcionando dinamismo à máquina administrativa nos feitos dessa natureza, e com isso, a assessoria especial passou a direcionar seus trabalhos mais especificamente aos processos judiciais de atribuição da PGJ. Como resultado, o ANEXO, ao final deste documento, espelha o número de ações originárias propostas pela PGJ neste período, bem assim os números de recursos perante o Tribunal de Justiça e os Tribunais Superiores com importantes resultados em favor do MPE.
  30. Reformulação da Assessoria Especial, buscando dar maior celeridade e repostas às demandas encaminhadas pelos membros da Instituição, com a criação de núcleo de investigação dos agentes com foro privilegiado, composta por Membros e ligada diretamente ao Procurador-Geral de Justiça, com atuação na proposição de ações originárias, bem como interposição dos respectivos recursos, ATO REGULAMENTAR Nº 17/2015 – GPGJ que cria a Assessoria Especial de Investigação dos Ilícitos praticados por agentes políticos detentores de foro por prerrogativa de função e altera o Ato Regulamentar nº 20/2008 - GPGJ;
  31. Com base no orçamento foram aumentados e distribuídos, proporcionalmente, conforme as respectivas necessidades, os valores referentes aos adiantamentos para gastos com pequenas despesas nas Promotorias de Justiça. Alterados os Atos regulamentares que tratam da matéria, ampliando o rol dos valores de adiantamento e forma de prestar contas.
  32. Regionalizadas as prestações de serviços de manutenção para as Promotorias de Justiça, visando maior conforto e comodidade aos membros evitando transtornos e paralisação das atividades. Licitada e contratada empresa para a realização de serviços de manutenção predial, de forma regionalizada.
  33. Criados mecanismos para viabilizar a segurança das sedes dos prédios das Promotorias de Justiça. Implantado através de licitação e contratação de empresa de segurança armada nos prédios da Capital e em Promotorias intermediárias.
  34. Aparelhamento dos Órgãos Superiores do Ministério Público, propiciando um melhor desempenho de suas funções. Criados novos cargos de Assessor de Procurador de Justiça, criados cargos na estrutura da Ouvidoria-Geral e criados 03 novos cargos de Promotor Corregedor na estrutura da Corregedoria-Geral. Foram divididas as Secretarias dos Órgãos Colegiados e as Coordenadorias de Distribuição de Processos, ficando uma de natureza Cível e outra Criminal. Também fizemos a separação, inclusive física, das Secretarias dos Órgãos Colegiados:



35. Estruturação dos Centros de Apoio Operacionais, propiciando uma maior participação dos Membros nas suas atividades, bem como a criação de espaço virtual para as suas discussões com as catalogações de peças, pareceres e outras informações úteis para as ações dos Procuradores e Promotores de Justiça. Reestruturação dos CAOPS com criação de vagas de estagiários, uma para cada caop e definição de novos espaços para os Centros de Apoio Operacional que não tinham instalações definidas, com mudança para o anexo do Prédio da PGJ, na Rua Oswaldo Cruz.

36. Apoio à reestruturação da Escola Superior do Ministério Público e criação de calendário anual de cursos e seminários regionais para a atualização dos membros nas diversas áreas de atuação. Criação de novo cargo de Assessor para a Escola Superior, e apoio nas atividades desenvolvidas pela Direção.

37. Criação de uma sala de apoio informatizada, no novo prédio da Procuradoria Geral de Justiça, para recepção dos Promotores de Justiça, servidores, e aposentados, a fim de que possam resolver seus problemas institucionais e administrativos.

38. Reativação dos Grupos de Atuação Ministerial, tais como Grupo do Júri, visando fortalecer o caráter de impessoalidade das Ações Ministeriais. Reformulado o Grupo do Júri, em pleno funcionamento,





- através da Resolução n.º 020/2013 - CPMP e Ato Regulamentar n.º 02/2014 -GPGJ. Criação do Grupo de Promotores Itinerantes, pelo Ato Regulamentar n.º 01/2013 - GPGJ.
39. Prestigio a Associação do Ministério Público (AMPEM), dando-lhe voz e assento nos eventos oficiais da Procuradoria Geral de Justiça. Reativado o diálogo com a Associação de Classe, propiciando discussões amplas e democráticas, com participação em sessões do Colégio, Conselho Superior e reuniões institucionais.
  40. Estabelecido canal permanente de interlocução com os servidores e suas entidades Classistas. Reativada a mesa de debates com a associação de classe e sindicato de servidores, propiciando discussões amplas e democráticas, com participação em Reuniões Institucionais e Comissões de Estudo. Implantamos a discussão prévia e a exposição, aos servidores e entidades classistas, da proposta orçamentária anual encaminhada ao Executivo e ao Legislativo.
  41. Reativação da Coordenação de Planejamento Administrativo, garantindo-se a representação dos servidores e das entidades classistas. Criação da Assessoria de Planejamento e estruturação com novos cargos, para formulação de novos projetos e apoio aos projetos dos Promotores e órgãos da Administração Superior.
  42. Capacitados membros e servidores, pela Escola Superior do MP, através de cursos e oficinas visando o aprimoramento das ações ministeriais no plano coletivo, com o objetivo de proporcionar a solução mais ágil dos problemas.
  43. Fortalecidos os mecanismos de controle social mediante a realização de audiências públicas com o propósito de ouvir e discutir os problemas vivenciados pelas populações dos municípios maranhenses.
  44. Otimizada a gestão dos recursos orçamentários e financeiros, e ampliada a captação de recursos externos. Obtivemos importante avanço institucional com a recente lei que criou o Fundo de Bens Lesados, da qual participamos ativamente da formulação, e que dirigiu o percentual mínimo de 10 % dos recursos para o Ministério Público Estadual, visando o seu aparelhamento, através do FEMPE.
  45. Implantado programa de saúde funcional para membros e servidores, através do ATO REGULAMENTAR N° 04/2016 - GPGJ\* Instituí, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, o Programa de Saúde e Segurança Funcional - PSSFMPMA, cria a Comissão de Saúde e Segurança de Trabalho (CSST-MPMA), regulamenta a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes CIPA-MPMA e dá outras providências.
  46. Em fase final para implantação o Programa de Gestão Documental, com resultados da Comissão a serem apresentados ao Procurador-Geral de Justiça, para ampliação e aprovação da tabela de temporalidade.
  47. Iniciado e em fase de desenvolvimento o projeto e programa de gestão por competências, para desenvolvimento de habilidades e atitudes necessárias à plena atuação do MPMA.
  48. Promoção da cultura de orientação para os resultados.
  49. Aprimorada a comunicação interna e externa, com a assinatura do Ato Regulamentar da Política de Comunicação, bem como instituído clipping eletrônico publicado no site do MP, ATO REGULAMENTAR N° 16/2015 que “Dispõe sobre a Política de Comunicação Institucional Oficial do Ministério Público do Estado do Maranhão”.
  50. Implantado o Diário Eletrônico do Ministério Público do Maranhão por lei N° 10.399, de 29 de Dezembro de 2015.
  51. Criado o Portal da Transparência e a Lei de Acesso a Informação no Ministério Público do Estado, devidamente regulamentado e implantado em 2012.
- Mas além dessas conquistas, busquei fazer uma gestão voltada para o maior bem que o Ministério Público do Maranhão possui: o seu patrimônio humano! Somos uma Instituição composta por membros e servidores que dedicam suas vidas profissionais ao seu engrandecimento.
- Desse modo, faço um resumo pormenorizado dos avanços obtidos em prol dos membros e servidores que compõe o MPMA:

2

## CONQUISTAS / AVANÇOS NA ÁREA DE PESSOAL



## 2.1 CRIAÇÃO DE CARGOS/FUNÇÕES

### 2.1.1 Membro

Criação de 29 (vinte e nove) cargos de Promotor de Justiça no ano de 2013:

Cargos criados	Especificação	Promotoria	Lei Complementar
21	Promotor de Justiça (Final)		Nº 155/2013, de 06.12.11.
05	Promotor de Justiça (Intermediária)		
03	Promotor de Justiça (Inicial)	Inicial (Peritoró, São Pedro da Água Branca e Joselândia)	
TOTAL 29			

### 2.1.2 Servidor Efetivo

Criação de 14 (catorze) cargos de servidores efetivos no ano de 2012:

Cargos criados	Especificação	Lei nº
08	Técnico Ministerial – área Administrativa	nº 9.884, de 02.08.13.
06	Técnico Ministerial – área Execução de Mandados	
Total 14		

### 2.1.3 Cargos Comissionados:

Criação de 245 (duzentos e quarenta e cinco) cargos de provimento comissionado, o que possibilita o aumento do quadro de servidores para atender as demandas do serviço além de oportunizar melhoria salarial para os servidores efetivos nomeados, estando assim distribuídos:

Ano	Cargos Criados	Especificação	Lei nº
2012	01	Chefe de Secretaria da Ouvidoria	Lei Complementar nº 149, de 05.09.12
	01	Assessor Jurídico da Ouvidoria	
	01	Assessor Técnico da Ouvidoria	
2012	01	Assessor de Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos - CC08	Nº 9.688, de 05.09.12
	01	Assessor de Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos - CC08	
	01	Assessor de Subcorregedor-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos - CC08	
	01	Assessor de Planejamento Geral - CC08	
	02	Assessor do Procurador-Geral de Justiça - CC08	
	31	Assessor do Procurador de Justiça - CC08	
	01	Presidente da Comissão de Licitação - CC07	
	02	Membros da Comissão de Licitação -CC06	
	03	Assessor Jurídico da Assessoria Jurídica da Administração - CC06	
	01	Chefe de Seção – CC05	
	169	Assessor de Promotor de Justiça	
TOTAL 2012	216		
2013	29	Assessor de Promotor de Justiça	nº 9.885, de 02.08.13
TOTAL GERAL	245		



Desses 245 (duzentos e quarenta e cinco) cargos comissionados criados, ressalte-se que:

- Foram 198 (cento e noventa e oito) cargos de Assessor de Promotor de Justiça, destinados às Promotorias de Justiça de entrâncias intermediária e inicial, dando apoio aos Órgão de Execução;

#### Resumo da criação de cargo de Assessor de Promotor:

Ano	Cargos Criados	Especificação	Lei nº
2012	169	Assessor de Promotor:	9.688, de 05.09.12.
2013	29	Assessor de Promotor:	9.885, de 02.08.13.
TOTAL	198		

- 31 (trinta e um) cargos de Assessor de Procurador de Justiça para assessorar os gabinetes dos Procuradores de Justiça;
- 03 (três) cargos para melhorar a estrutura de pessoal da Ouvidoria-Geral;
- 1 (um) cargo de Assessoramento para cada Subprocuradoria-Geral de Justiça e para a Subcorregedoria-Geral deste MPMA;
- 10 (dez) cargos comissionados para dar suporte aos Órgãos Auxiliares e Setores Administrativos da Procuradoria-Geral de Justiça.

#### 2.1.4 Funções de Confiança para servidores efetivos

Criação de 27 (vinte e sete) Funções de Confiança de provimento exclusivo de servidores efetivos do quadro de apoio técnico-administrativo do Ministério Público, conforme descrição a seguir:

Ano	Funções Criadas	Especificação	Lei nº
2013	03	Funções de Confiança de Pregoeiro– FC-02	9.688, de 05.09.12.
	10	Funções de Confiança – FC-02	
	14	Funções de Confiança – FC-01	
TOTAL	27		

#### 2.1.5 Estagiários Não-obrigatório

Criação de 18 (dezoito) vagas de estagiários, não-obrigatório, pelo Ato Regulamentar nº 13/2015-GPGJ, de 13 de outubro de 2015, assim distribuídas:

Lotação	Vagas
Promotorias de Justiça de Paço do Lumiar	02
Promotorias de Justiça da Raposa	01
Promotorias de Justiça de São José de Ribamar	06
Caxias	02
Coroatá	02
Conselho Superior do MP	01
Diretoria-Geral	01
Promotorias de Justiça da Capital	02
Subprocuradoria Geral para Assuntos Administrativos	01



## 2.2 REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS

### 2.2.1 Para Promotor de Justiça:

- Realização do Concurso Público para o provimento de 25(vinte e cinco) cargos de Promotor de Justiça Substituto, realizado pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF do Ministério Público do Estado do Paraná, conforme Edital nº 01/2013, de 27 de agosto de 2013 e Resolução nº 03/2013-CSMP e Homologado em 12 de setembro de 2014, publicado no Diário da Justiça de 16 de setembro de 2014;
- Nomeação e posse de 50 (cinquenta) Promotores de Justiça Substituto, sendo 04(quatro) do Concurso Público realizado em 2009 e 46 (quarenta e seis) Promotores de Justiça Substitutos, aprovados no Concurso Público realizado pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF do Ministério Público do Estado do Paraná, conforme Edital nº 01/2013, de 27 de agosto de 2013 e Resolução nº 03/2013-CSMP. Ressalte-se que desse total, 06(seis) já foram exonerados a pedido;

### 2.2.2 Servidores Efetivos:

- Realização do Concurso Público para provimento de 108 (cento e oito) cargos efetivos do Quadro de Apoio Técnico-administrativo do MPMA, sendo 22(vinte e dois) Analistas Ministeriais, 50(cinquenta) Técnicos Ministeriais – área Administrativa, 32(trinta e dois) Técnicos Ministeriais – área Execução de Mandados e 04(quatro) Técnicos Ministeriais – área Edificações, homologado pelo Edital de Homologação de 04 de novembro de 2013, publicado no Diário da Justiça de 05 de novembro de 2013:



Quadro - Resumo do Concurso de Servidor – Fundação Carlos Chagas - 2013

Descrição	Analista Ministerial	Técnico Ministerial	TOTAL
Nº de cidades de realização das provas	7	7	
Nº de vagas	22	86	108
Nº de Inscritos	7.890	23.398	31.288
Nº de ausentes nas provas	1.771	3.960	5.731
Nº de candidatos que realizaram as provas	6.119	19.438	25.557

- Prorrogação, por 02 (dois) anos, da validade do referido Concurso Público para servidores, pelo Edital de Prorrogação de 04 de novembro de 2015, publicado no Diário da Justiça de 06 de novembro de 2015, devendo ser considerado a partir de 05 de novembro de 2015 até 05 de novembro de 2017, como garantia das condições de provimento em caso de cargos a vagar nesse período;
- Provimento dos 108 (cento e oito) cargos de servidores efetivos oferecidos no concurso público e dos demais cargos vagos no período de 2013 a 2016;
- Nomeação de 197 (cento e noventa e sete) aprovados no Concurso Público para servidores efetivos, realizado em 2013, no esforço de manter completo o Quadro de Pessoal. Por oportuno, apresenta-se o quadro resumo do referido concurso:

CARGO	Vagas Concurso Previsão Edital	Candidatos Nomeados	Em Efetivo Exercício	Não tomaram posse/ não assumiram / Desistência Nomeação/ reprov pericia	Fim de Fila	Exonerados
Analista Ministerial	22	31	24	3	1	3
Técnico Ministerial	86	166	107	35	4	20
TOTAL DAS VAGAS	108	197	131	38	5	23

### 2.2.3 Estagiários Não-obrigatório

Realização, em 2014, de Seletivo Público para provimento de 127 (cento e vinte e sete) vagas de estagiários não-obrigatório, sendo 40 (quarenta) nas comarcas do Interior e 87 em São Luís, com a contratação da Sociedade de Desenvolvimento Vale dos Bandeirantes Ltda (Noroeste Concursos):

#### Quadro Resumo do Concurso de Estagiários – Noroeste Concursos

Descrição	Quant.
Nº de cidades de realização das provas:	
São Luís, Açailândia, Bacabal, Balsas, Caxias, Codó, Imperatriz e Timon	8
Nº de vagas	127
Nº de Inscritos	4.332
Nº de candidatos que realizaram as provas	675
Nº de ausentes nas provas	282
Nº de reprovados	115
Nº de Candidatos aprovados	560

Admissão de 200 (duzentos) estagiários não-obrigatório, aprovados no referido Seletivo Público, no período compreendido entre 2014 a junho de 2016, no esforço de manter provido o quadro de 150 estagiários;

Provimento das 40 (quarenta) vagas de estagiários nas Promotorias de Justiça do interior do Estado;

Prorrogação, por 01 (um) ano, da validade do referido Concurso Público para estagiários não-obrigatório, pelo Ato nº 235/2015-GPGJ, de 09 de junho de 2015, publicado no Diário da Justiça de 12 de junho de 2015, devendo ser considerado a partir de 10 de junho de 2015 até 10 de junho de 2016, como garantia das condições de provimento em caso de vacâncias nesse período.





## 2.3 REAJUSTES SALARIAIS

### 2.3.1 Para Promotor de Justiça

Ano	Valores	Vigência	Fundamentação Legal
2015	Subsídio de Procurador de Justiça R\$ 33.763,00	A partir de 01/01/15	Lei nº 13.092, de 12/01/15 - Federal
2013	Subsídio de Procurador de Justiça R\$ 25.323,51	A partir de 01/01/13	Lei nº 9.808, de 30/04/13. (DJ 30/04/13)
	Subsídio de Procurador de Justiça R\$ 26.589,68	A partir de 01/01/14	

### 2.3.2 Servidores efetivos e comissionados do Quadro de Apoio Técnico-Administrativo

Ano	% Reajuste	Vigência	Fundamentação Legal
2014	6%	A partir de 01/01/2014	Lei nº 10.035, de 02/04/2014, DJ 03/04/14
2013	6%	A partir de 01/01/2013	Lei nº 9.809/2013, de 30/04/2013, DJ 30/04/13

### 2.3.3 Estagiários Não-obrigatório:

Ano	Valor da Bolsa (R\$)	Vigência	Fundamentação Legal
2015	788,00	A partir de 01/01/2015	Ato nº 002/2015, 13/01/2015
2014	724,00	A partir de 01/01/2014	Ato nº 015/2014, 15/01/2014
2013	678,00	A partir de 01/01/2013	Ato nº 009/2013, 09/01/2013



## 2.4 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO

- **Criação do benefício do Auxílio-Alimentação para os Membros Ativos do Ministério Público** pela Lei Complementar nº 148, de 05 de setembro de 2012;
- **Aumento do valor do benefício do Auxílio-Alimentação dos Membros**, passando de R\$ 710,00 (setecentos e dez reais) mensais para 10% (dez por cento) do respectivo subsídio;
- **Aumento do valor do benefício do Auxílio-Alimentação dos servidores**, passado de R\$ 32,27 (trinta e dois reais e vinte e sete centavos) por dia trabalhado para R\$ 710,00 mensais, sem perda nos afastamentos legais, a partir de 05/09/2012, pelo Ato Regulamentar nº 14/2012-GPGP;

## 2.5 REMOÇÃO DE SERVIDORES

- **Realização de 08 (oito) Concursos de Remoção para servidores**, contemplando 62 (sessenta e dois) servidores;
- **Remoção de um total de 105 (cento e cinco) servidores** do Quadro de Apoio Técnico-Administrativo, incluindo os contemplados em Concursos de Remoção, os por permuta e os por decisão administrativa e judicial, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida para esses servidores;
- **Regulamentação dos Concursos de Remoção de Servidores**, a pedido e por permuta, pelo Ato Regulamentar nº 06/2015, de 17 de julho de 2015.

## 2.6 ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO

- **Instituição do Adicional de Qualificação – AQ**, de caráter permanente, destinado aos servidores estáveis do Quadro de Apoio Técnico-administrativo do Ministério Público do Estado do Maranhão, na forma do Art. 17-B, “caput” da Lei nº 8.077/2004, e regulamentada por esta Procuradoria-Geral de Justiça pelo Ato Regulamentar nº 14/2013-GPGJ, de 02 de outubro de 2013;



## 2.7 OUTRAS CONQUISTAS E AVANÇOS

- **Concessão do Adicional de Qualificação – AQ a 361 servidores**, o que representa um acréscimo de no mínimo 10% nos vencimentos dos referidos servidores, correspondendo a 79,34% do atual quadro de cargos efetivos providos por servidores estáveis, graduados ou pós-graduados, que fazem jus ao Adicional;
- **Incorporação da Gratificação de Padrão Ministerial no percentual de 25% no vencimento-base dos servidores**, o que representou um vencimento maior para efeito de base de cálculo para implantação das vantagens pessoais, inclusive nos proventos de aposentadoria; vencimento inicial na carreira equiparado com os demais Órgãos assemelhados na esfera estadual; adoção de uma política de manter e atrair pessoas;
- **Implantação, administrativamente, dos “21,7%”** nos contracheques dos servidores em janeiro de 2015;
- **Criação de 02(duas) Assessorias na estrutura organizacional desta PGJ, a saber: a Assessoria de Planejamento Geral e da Assessoria Jurídica da Administração** pela Lei nº 9.688/12, de 05/09/2012;
- **Estruturação de Pessoal da Comissão Permanente de Licitação**, com a criação dos Cargos: 01(um) de Presidente da Comissão, 02(dois) cargos de Membros da Comissão e 03(três) Funções de Confiança – FC-02 Pregoeiro (Lei nº 9.866/12, de 05/09/2012);
- **Jornada de trabalho de 7 horas/diárias corridas para os servidores ocupantes de cargos comissionados**, sem prejuízo do cumprimento de 08 horas diárias, quando da necessidade do serviço (Ato Regulamentar nº 18/2012, de 18 de outubro de 2012), o que proporcionou uma melhor qualidade de vida aos servidores, redução de despesas e oportunidade de estudo / capacitação;
- **Concessão de ponto facultativo na data de seu aniversário natalício aos servidores efetivos, comissionados e à disposição, bem como aos estagiários** da Procuradoria-Geral de Justiça, a partir de 01 de janeiro de 2014 (Ato Regulamentar nº 02/2014-GPGJ, de 22 de janeiro de 2014);
- **Titularização de 43 (quarenta e três) Promotores de Justiça** em comarcas de entrância inicial,

até então vagas, proporcionando além do provimento, a redução do número de substituições para os demais Promotores de Justiça;

- **Homologação do estágio probatório de 35 (trinta e cinco) servidores efetivos do Quadro de Apoio Técnico-Administrativo**, sendo 10 (dez) Analistas Ministeriais e 25 (vinte e cinco) Técnicos Ministeriais, empossados após aprovação no concurso público realizado em 2006;
- **Realização de 03 (três) Semanas de Saúde, ocorridas nos meses de maio e outubro de 2015 e março de 2016**, com a prestação de serviços de vacinação, medição de pressão arterial, teste de glicemia capilar, além de palestras nas áreas de medicina, saúde bucal, qualidade de vida e administração financeira;
- **Realização de campanhas anuais de vacinação** para membros, servidores e estagiários, incluindo imunizações contra a gripe, H1N1, antitetânica, febre amarela, rubéola, dentre outras;
- **Emissão de 625 (seiscentos e vinte e cinco) Certificados Digitais** para membros e servidores efetivos e comissionados a fim de habilitá-los para atuarem nos Processos eletrônicos;
- **Execução da Escala de Férias Acumuladas de servidores efetivos**, determinada pela Portaria nº 4441/2011, tendo em 01 junho de 2016 apresentado uma redução de 94,87% no número de servidores com férias acumuladas; de 90,66% na redução de números de dias de férias não-gozadas e de 90,21% no número de períodos de férias acumuladas, conforme descrito no quadro a seguir, apresentando uma redução de custos de possíveis indenizações:

Descrição	Situação inicial em 2011	%	Situação em 01/06/16	% de Redução
Nº de Servidores com férias acumuladas	78		4	94,87
Nº de Períodos de Férias acumuladas	143		14	90,21
Nº de dias	3.896		364	90,66
Nº de Períodos de férias a vencer após 01/06/2016	7			
Períodos de Férias que podem ser avaliados	136	100		
Períodos de Férias Gozados	129	94,85		
Períodos de Férias NÃO gozados	7	5,15		

- **Aplicação da pena de demissão a 04 servidores efetivos do Quadro de Apoio Técnico-Administrativo**, como conclusão de Processos Administrativo Disciplinar;
- **Reconhecimento, pelo Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP**, da correta disponibilização das informações da área de Gestão de Pessoas, no Portal da Transparência no site deste MPMA;
- **Desenvolvimento do novo Sistema de Gestão de Pessoas** com a contratação da empresa PD Case para criação e implementação do software de Gerenciamento de RH;
- **Lançamento do Programa de Gestão por Competência** com a designação da Comissão responsável por sua implantação neste MPMA, pela Portaria nº 3085/2015, de 06 de maio de 2015, e a palestra de sensibilização com a Professora Doutora Maria Júlia Pantoja, da Universidade de Brasília – UNB;



- **Evolução do Quadro de Pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça:**

Descrição	Até 01/06/16	em 31/12/15	em 31/12/14	em 31/12/13	em 31/12/12
Membros	336	337	299	301	304
Servidores Efetivos	585	584	586	464	471
Exclusivamente Comissionados	460	462	455	427	361
Requisitados	325	324	344	329	269
Estagiários não obrigatórios	118	115	125	15	52
<b>TOTAL</b>	<b>1.824</b>	<b>1.822</b>	<b>1.809</b>	<b>1.536</b>	<b>1.457</b>

- **Comparação do crescimento do Quadro de Pessoal no período compreendido ente 2012-2016:**

Descrição	Em 01/06/16	Em 31/12/12	% de Acréscimo de Pessoal de 2012 a 2016
Membros	336	304	10,53%
Servidores Efetivos	585	471	24,20%
Exclusivamente Comissionados	460	361	27,42%
Requisitados	325	269	20,82%
Estagiários não obrigatórios	118	52	126,92%
<b>TOTAL</b>	<b>1.824</b>	<b>1.457</b>	<b>25,19%</b>

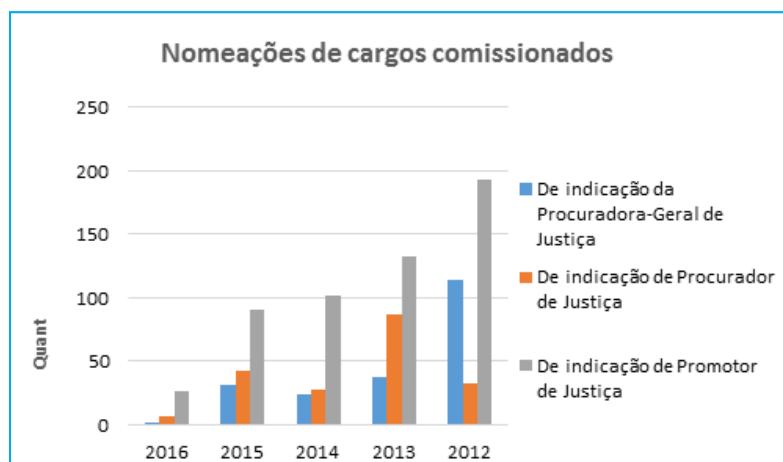
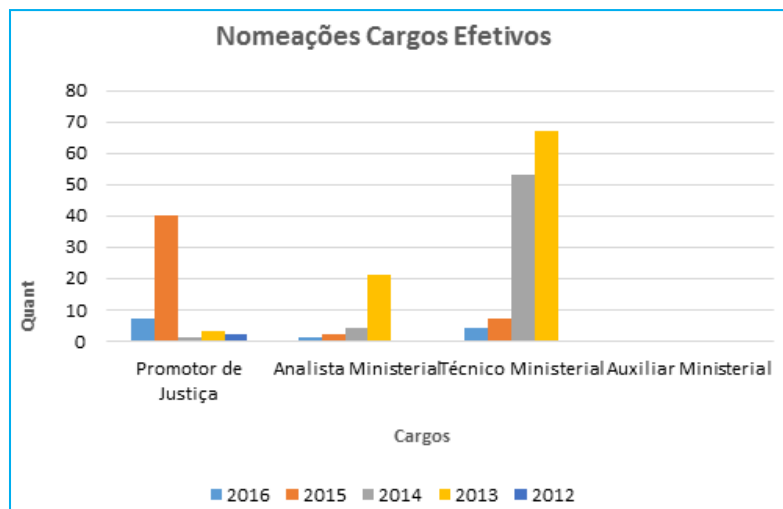
**Distribuição do Quadro de Pessoal no período compreendido ente 2012-2016:**

Descrição	Em 01/06/16	% de participação	Em 31/12/15	% de participação	Em 31/12/14	% de participação	Em 31/12/13	% de participação	Em 31/12/12	% de participação
Membros	336	18,57	337	18,63	299	16,53	301	19,60	304	20,86
Servidores Efetivos	585	32,34	584	32,28	586	32,39	464	30,21	471	32,33
Exclusivamente Comissionados	460	25,43	462	25,54	455	25,15	427	27,80	361	24,78
Requisitados	325	17,97	324	17,91	344	19,02	329	21,42	269	18,46
Estagiários não obrigatórios	118	6,52	115	6,36	125	6,91	15	0,98	52	3,57
<b>TOTAL</b>	<b>1.824</b>	<b>100,83</b>	<b>1.822</b>	<b>100,72</b>	<b>1.809</b>	<b>100,00</b>	<b>1.536</b>	<b>100,00</b>	<b>1.457</b>	<b>100,00</b>

3

## DETALHAMENTO DOS ATOS INERENTES À GESTÃO DE PESSOAS

### 3.1 PROVIMENTO DE CARGOS: (ADMISSÕES, EXONERAÇÕES/ APOSENTADORIAS):



#### 3.1.1 Admissões em cargos Efetivos

CARGOS EFETIVOS	2016	2015	2014	2013	2012
Promotor de Justiça	6	40	1	3	2
Analista Ministerial	0	2	4	21	-
Técnico Ministerial	2	7	53	67	-
Auxiliar Ministerial	0	0	0	0	-
TOTAL	8	49	58	91	2

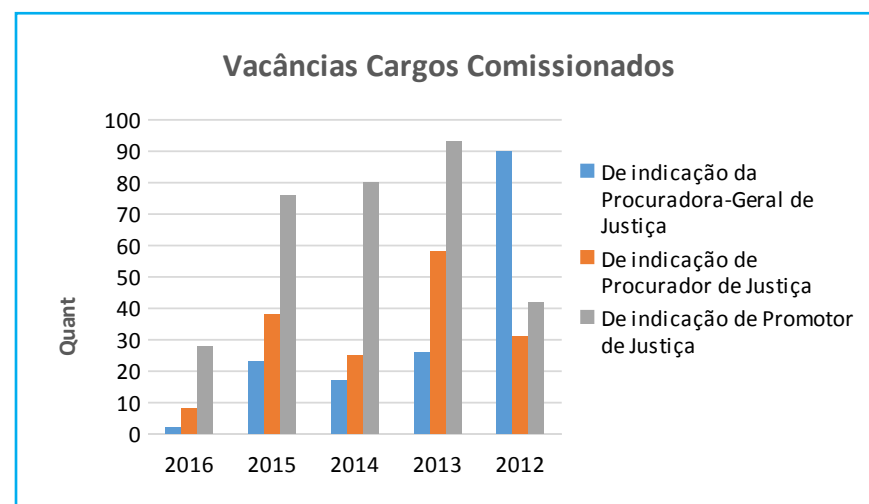
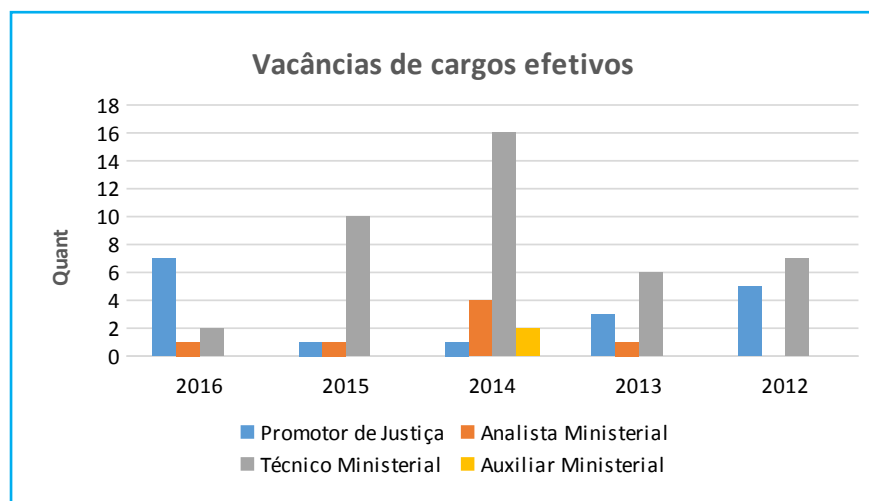
#### 1.2 Admissões em Cargos Comissionados

CARGO	Quantidade de Nomeações				
	2016	2015	2014	2013	2012
De indicação da Procuradora-Geral de Justiça	2	31	24	37	114
De indicação de Procurador de Justiça	7	43	28	87	33
De indicação de Promotor de Justiça	26	91	102	132	193
TOTAL	35	165	154	256	340

\* Em 2013 houve a autorização de provimento de 31 novos cargos de Assessor de Procurador de Justiça;

\*\* Criação/provimentos de novos cargos de Assessor de Promotor de Justiça: 2012 = 198 cargos; e em 2013 = 29 cargos.

## 3.2 VACÂNCIAS DE CARGOS:



### 3.2.1 Vacâncias cargos efetivos (Exonerações/Demissões, falecimento, aposentadoria):

CARGO	Quantidade de Exonerações/Vacâncias				
	2016	2015	2014	2013	2012
Promotor de Justiça	7	1	1	3	5
Analista Ministerial	1	1	4	1	-
Técnico Ministerial	2	10	16	6	7
Auxiliar Ministerial	0	0	2	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>	<b>12</b>	<b>23</b>	<b>10</b>	<b>12</b>

### 3.2.2 Vacâncias de cargos comissionados:

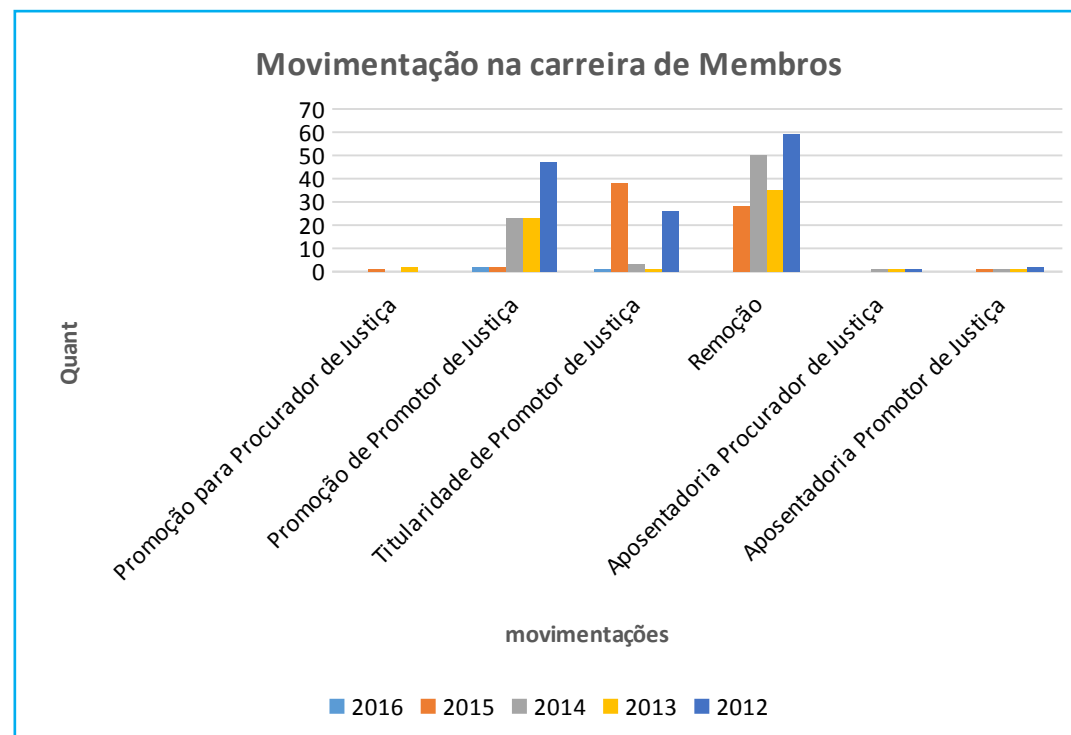
EXONERAÇÕES - CARGO	Quantidade de Exonerações				
	2016	2015	2014	2013*	2012
De indicação da Procuradora-Geral de Justiça	2	23	17	26	90
De indicação de Procurador de Justiça	8	38	25	58	31
De indicação de Promotor de Justiça	28	76	80	93	42
<b>TOTAL</b>	<b>38</b>	<b>137</b>	<b>122</b>	<b>177</b>	<b>163</b>

\* Em 2013, com a autorização de provimento de 31 novos cargos de Assessor de Procurador de Justiça, houve casos de exoneração de ocupantes do cargo de Assessor IV para a nomeação destes como Assessor de Procurador de Justiça;



### 3.3 MOVIMENTAÇÕES NA CARREIRA DE MEMBROS

Movimentação	2016	2015	2014	2013	2012
Promoção para Procurador de Justiça	0	1	0	2	0
Promoção de Promotor de Justiça	2	2	23	23	47
Titularidade de Promotor de Justiça	1	38	3	1	26
Remoção	0	28	50	35	59
Aposentadoria Procurador de Justiça	0	0	1	1	1
Aposentadoria Promotor de Justiça	0	1	1	1	2



### 3.4 MOVIMENTAÇÕES NA CARREIRA – SERVIDORES

Movimentação na Carreira	2016	2015	2014	2013	2012
Homologação de estágio probatório	0	0	1	34	17
Movimentação na Carreira: Promoção + Progressão	176	271	312	437	528
Remoções	3	14	62	9	1

### 3.5 ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO – AQ:

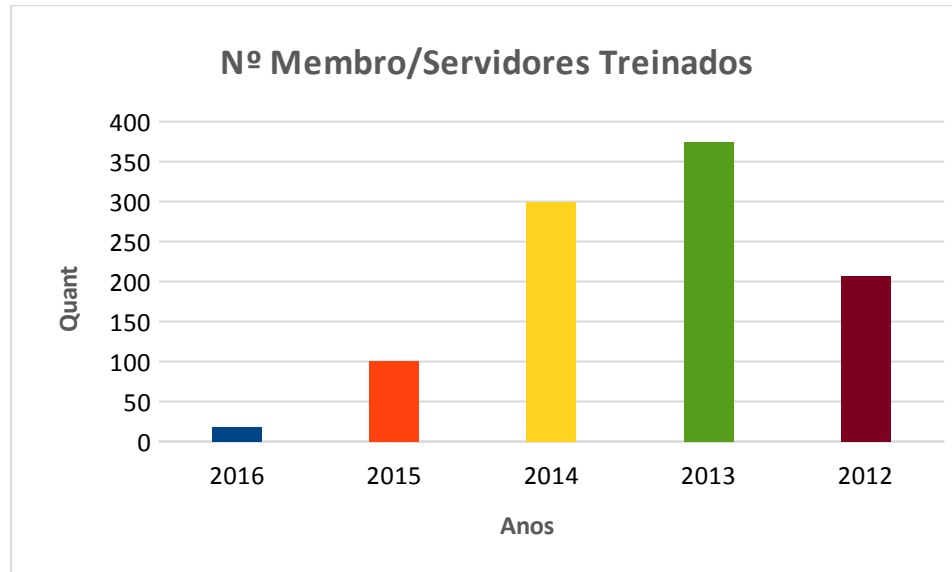
Atualmente, o benefício do Adicional de Qualificação contempla 361 (trezentos e sessenta e um) servidores, que corresponde a 76,81%, de um total de 457 cargos efetivos providos por servidores estáveis, que fazem jus ao Adicional, conforme descrito a seguir. Ressalte-se que o Adicional de Qualificação garante um acréscimo de no mínimo 10% nos vencimentos dos servidores.

QUANTITATIVO DE SERVIDORES CONTEMPLADOS COM O ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO – 2015					
	Analista	Técnico	Auxiliar	TOTAL	%
Graduação	5	151	4	160	44,32
Especialização	76	107	4	187	51,80
Mestrado	10	3		13	3,60
Doutorado	1	0		1	0,28
<b>TOTAL de servidores com AQ</b>	<b>92</b>	<b>261</b>	<b>8</b>	<b>361</b>	<b>79,34</b>
Cargos Providos por servidores estáveis	97	335	23	455	

**QUANTITATIVO DE SERVIDORES SEM O ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO 2015**

	<b>Analista</b>	<b>Técnico</b>	<b>Auxiliar</b>	<b>TOTAL</b>
Cargos Providos servidores estáveis	97	335	23	455
Quantitativo de servidores estáveis <u>SEM</u> AQ	5	74	15	94
% por cargo de servidores <u>SEM</u> AQ	5,15	22,09	65,22	20,66

### 3.6 Nº DE MEMBROS E SERVIDORES TREINADOS CUJOS PROJETOS BÁSICOS (TERMOS DE REFERÊNCIAS) ELABORADOS PELA COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

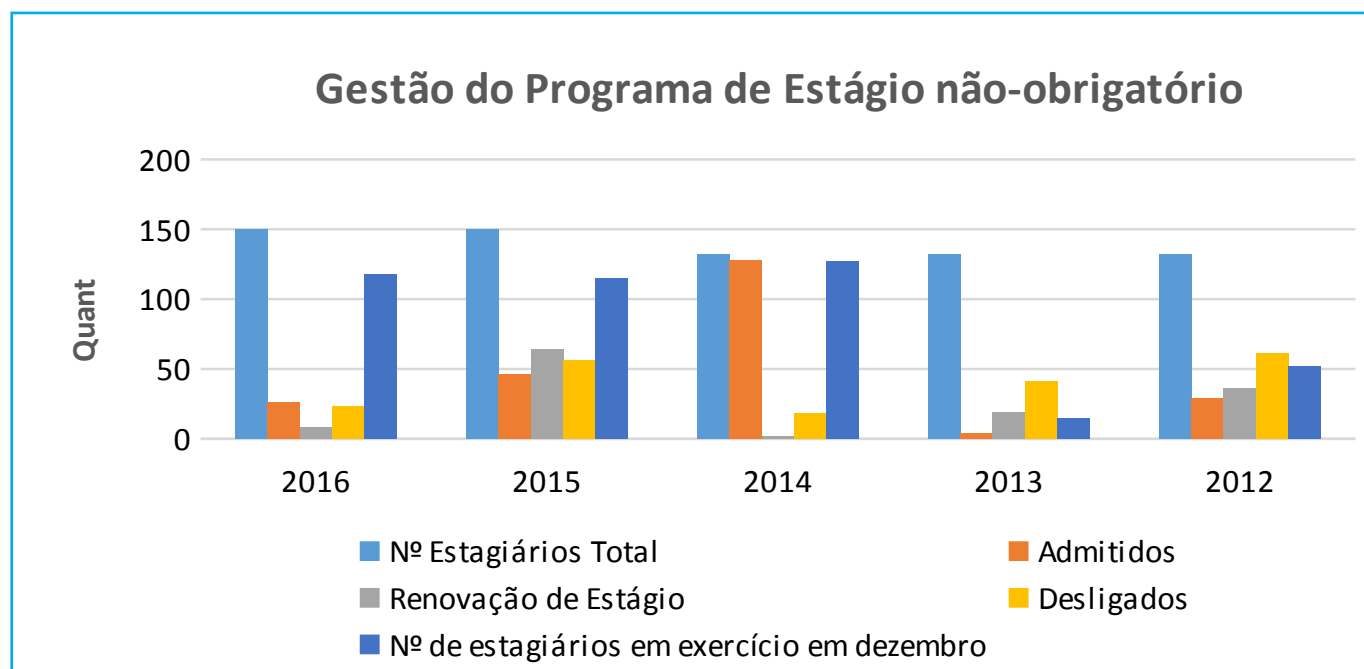


<b>Item</b>	<b>2016*</b>	<b>2015*</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Nº Membro / Servidores Treinados	18	101	299	374	207

\* Dados extraídos dos Projetos Básicos (Termos de Referências) elaborados pela CGP.

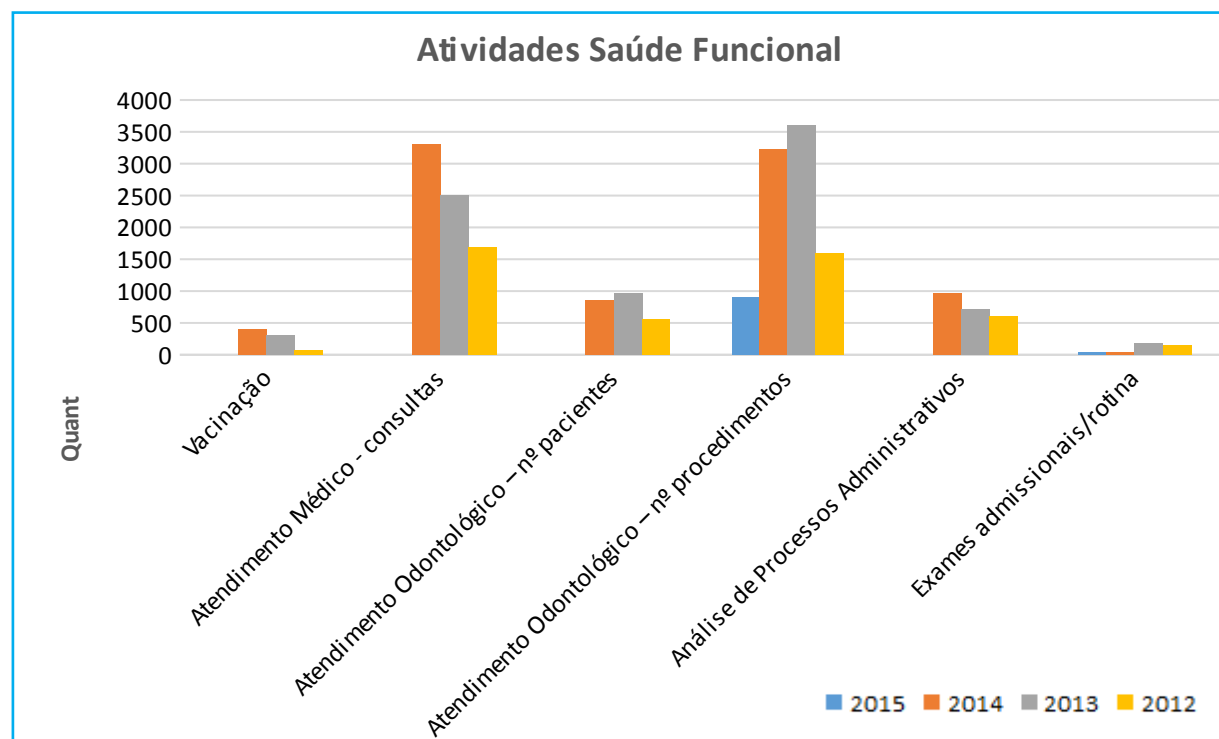
### 3.7 GESTÃO DO ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO

Descrição	Nº de Estagiários				
	2016	2015	2014	2013	2012
	Ato Reg 13/2015	Ato Reg 10/2015	Ato Reg 10/2014	Ato Reg 03/2013	Ato Reg 14/2011
Nº Estagiários Total	150	150	132	132	132
Admitidos	26	46	128	4	29
Renovação de Estágio	8	64	2	19	36
Desligados	23	56	18	41	61
Nº de estagiários em exercício em dezembro	118	115	127	15	52



## 3.8 PROGRAMA DE QUALIDADE DE VIDA

AÇÃO	2015	2014	2013	2012
Vacinação	500	402	305	72
Atendimento Médico - consultas	1514	3.300	2.501	1.688
Atendimento Odontológico – nº pacientes	358	850	961	558
Atendimento Odontológico – nº procedimentos	899	3.220	3.603	1.601
Análise de Processos Administrativos	1208	957	711	606
Exames admissionais/rotina	42	32	185	150



### 3.9 PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS – ATIVIDADES DE ROTINA CGP

ATIVIDADE	2016	2015	2014	2013	2012
Declaração de Margem de Consignação	221	831	854	676	788
Processos administrativos informados	7.851	18.841	18.844	16.853	21.248
Ofícios expedidos;	57	306	511	602	642
Memorandos expedidos;	113	436	594	542	456
Elaboração Atos de servidores e membros;	176	579	659	824	851
Elaboração Portarias de servidores e membros;	3.389	10.194	8.497	7.686	6.903
Publicação de documentos no Sistema de Boletim Interno Eletrônico (Atos, Portarias, Editais, Atos Regulamentares, outros);	3.565	10.773	9.156	8.510	7.843
Elaboração de Termos de Referência	09	42	51	53	65
Termos de Compromisso de Estágio	26	46	128	4	29
Termo de Renovação de Estágio	10	64	2	19	36
Termo de Desligamento de Estágios	24	56	18	41	61
Termo de Realização de Estágio	24	56	18	41	61
Editais de Convocação de Estágio	15	26	17	-	6

### 3.10 OUTRAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAS

Permanecem como atividades da Coordenadoria de Gestão de Pessoas, além das atividades anteriormente demonstradas e quantificadas, relacionam-se outras tarefas de rotina, tais como:

- Elaboração e encaminhamento anual do Programas de Treinamento de Servidores à Escola Superior do Ministério Público - ESMP;
- Inscrição de servidores para participarem de Cursos e acompanhamento na realização dos Treinamentos;
- Cadastramento e alimentação do Sistema de RH dos dados cadastrais e funcionais dos membros e servidores;
- Encaminhamento para o Setor de Folha de Pagamento de todas as informações que impliquem em inclusão, exclusão, alterações em contracheque de membros e servidores;
- Preparação do processo de admissão de servidores: análise da documentação, nomeação, posse, lotação e encaminhamento à localidade de trabalho, cadastramento no sistema e no ponto eletrônico;
- Elaboração das etapas do Processo de Avaliação de Desempenho dos Servidores;
- Elaboração e publicação do Quadro de Antiguidade dos membros do Ministério Público
- Gestão do Programa de estágio não obrigatório incluindo os processos de admissão, renovação, avaliação e desligamento dos estagiários não obrigatórios, e as atividades referentes ao pagamento de seguro de vida, informações para a elaboração da folha de pagamento mensal e controle do recesso remunerado.
- Produção dos crachás de identidade funcional.



4

**ANEXO**



## AÇÕES PROPOSTAS NA GESTÃO DE DR<sup>A</sup> REGINA LÚCIA DE ALMEIDA ROCHA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

DENÚCIA						
	Nº	Abertura	Réu	Cargo	Município	Histórico
1)	27474/12	14/08/12	Alexandre Araújo dos Santos	Prefeito	São Francisco do Brejão	Deixou de prestar contas anuais referentes ao exercício financeiro de 2011
2)	39386/14	21/08/14	Adalberto do Nascimento Rodrigues	Prefeito	Belágua	praticou condutas típicas antijudiciais e culpáveis dos ditames do art. 1º, IV e VII do Decreto-Lei 201/67 e art. 299, parágrafo único, do CP todos c/c art. 69 do diploma legal.
3)	27452/12	14/08/12	Agamenon Lima Milhomem	Prefeito	Peritoró	Deixou de prestar contas anuais referentes ao exercício financeiro de 2011
4)	42115/12	05/12/13	Antônio Rodrigues de Melo	Prefeito	Satubinha	Irregularidades na prestação de contas exercício de 2006
5)	1314/13	16/01/13	Antonio de Pádua Luz e Otoniel Teixeira Silva	Promotor de Justiça	São Luís	Infrações penais prevista no art. 317, § 1º c/c art. 69 do CP e art. 4º da Lei 8038/90
6)	040698/14	28/08/14	Atenir Ribeiro Marques	Prefeito	Alto Alegre do Pindaré	Irregularidades na prestação de contas exercício de 2012
7)	28426/15	18/06/15	Atenir Ribeiro Marques	Prefeito	Alto Alegre do Pindaré	Prática de crime descrito no art. 90 da Lei nº 8.666/93
8)	045989/15	14/09/15	Augusto Inácio Pinheiro Júnior	Prefeito	Poção de Pedras	Prática de crime descritos no art. 140 e no art. 129, § 9º ambos do CP c/c art. 5º da lei 11340/2006
9)	46382/15	16/09/15	Augusto Inácio Pinheiro Júnior	Prefeito	Poção de Pedras	Prática de crime descritos no art. 140 e no art. 140 e 129, § 9º ambos do CP c/c art. 5º da lei 11340/2006

**DENÚCIA**

	<b>Nº</b>	<b>Abertura</b>	<b>Réu</b>	<b>Cargo</b>	<b>Município</b>	<b>Histórico</b>
10)	36369/12	19/10/12	Carlos Serra Martins	Promotor de Justiça	São Luís	Crime art. 331 do Diploma Penal Brasileiro
11)	1472/13	18/01/13	Carlos Serra Martins	Promotor de Justiça	São Luís	Crime ambiental
12)	25238/15	01/06/15	Carlos Serra Martins	Promotor de Justiça	São Luís	Constrangimento ilegal Lesão corporal Desacato
13)	48578/15	28/09/15	Cleomaltina Moreira Monteles	Prefeita	Anapurus	Crimes descritos nos art. 171, § 2º inciso VI (três fatos em continuidade delitiva – art. 71 CP), art. 312 estes do CP, e art. 89 da lei 8.666/93, tofos em concurso material (art. 69 do CP)
14)	46375/15	16/09/15	Cleomaltina Moreira Monteles	Prefeita	Anapurus	Prática do crime descrito no art. 171, § 2º inciso VI c/c art. 71 do CP
15)	50382/15	06/10/15	Cleomaltina Moreira Monteles	Prefeita	Anapurus	Prática de crimes descritos nos art. 171, § 2º, inciso VI(três fatos em continuidade delitiva – art. 71 CP), art. 312 do CP, e art. 89 da Lei 8666/93, todos em concurso material (art. 69 do CP)
16)	54348/15	26/10/15	Cleomaltina Moreira Monteles e outros	Prefeita	Anapurus	Participação efetiva na condução do procedimento licitatório fraudulento, praticando a conduta do art. 90 da Lei 8.666/93
17)	27484/12	14/08/12	Domingos Sávio Fonseca Silva	Prefeito	Turilândia	Deixou de prestar contas anuais referentes ao exercício financeiro de 2011
18)	19650/15	06/05/15	Dóris de Fátima Ribeiro Pearce	Prefeito	Vitória do Mearim	Ausência de prestação de contas exercício de 2009
19)	2681/15	27/01/15	Eunelio Mendonça Macedo	Prefeito	Santo Ant. dos Lopes	Deixou de prestar contas exercício 2012/2013

<b>DENÚCIA</b>						
	<b>Nº</b>	<b>Abertura</b>	<b>Réu</b>	<b>Cargo</b>	<b>Município</b>	<b>Histórico</b>
20)	4438/14	04/02/14	Félix Martins Costa Neto	Prefeita	São Félix de Balsas	Deixou de prestar contas anuais referentes ao exercício financeiro de 2008
21)	3079/14	28/01/14	Félix Martins Costa Neto	Prefeita	São Félix de Balsas	Deixou de prestar contas anuais referentes ao exercício financeiro de 2008
22)	28058/12	17/08/12	Francisca Alves dos Reis	Prefeita	Fortuna	Falsidade ideológica referente a prestação de contas de 2010
23)	27482/12	14/08/12	Francisco Ademar dos Santos	Prefeito	São Francisco do Maranhão	Deixou de prestar contas anuais referentes ao exercício financeiro de 2011
24)	38126/12	29/08/12	Francisco Evandro Freitas Costa Mourão	Prefeito	Buriti	Crime previsto art. 60 da Lei 9605/98
25)	26393/12	03/08/12	Francisco Evandro Freitas Costa Mourão	Prefeito	Buriti	Dispensa indevida de licitação e apropriação de recursos públicos em proveito próprio
26)	35865/12	16/10/12	Francisco Lisboa da Silva	Prefeito	Santo Amaro	Deixou de prestar contas anuais referentes ao exercício financeiro de 2011
27)	36112/12	18/10/12	Francisco Rovélio Nunes Pessoa	Prefeito	São Mateus	Contratação de funcionários sem concurso público
28)	36111/12	18/10/12	Francisco Rovélio Nunes Pessoa	Prefeito	São Mateus	
29)	27460/12	14/08/12	Francisco Xavier Silva Neto	Prefeito	Cajapió	Deixou de prestar contas anuais referentes ao exercício financeiro de 2011
30)	4064/14	03/02/14	Gleide Lima Santos	Prefeito	Açailândia	Contratação de funcionários sem concurso público
31)	35172/14	30/07/14	Gleide Lima Santos	Prefeito	Açailândia	Prática de crime de responsabilidade descrito no art. 1º, XIII Decreto -Lei nº 201/67 c/cart. 71 do Código Penal
32)	22876/14	29/05/14	Gleide Lima Santos e outros	Prefeito	Açailândia	Prática de crime de uso de bens e servidores públicos na propriedade particular.

**DENÚCIA**

	<b>Nº</b>	<b>Abertura</b>	<b>Réu</b>	<b>Cargo</b>	<b>Município</b>	<b>Histórico</b>
33)	14988/15	08/04/15	Gilliano Fred Nascimento Cutrim	Prefeito	São José de Ribamar	Contratação irregular de funcionários públicos
34)	39573/13	13/11/13	Hilton Gonçalo de Sousa	Prefeito	Santa Rita	Contratação de funcionários sem concurso público
35)	28875/15	22/06/15	Helder Lopes Aragão e outros	Prefeito	Anajatuba	Desvio de verbas públicas por meio de licitações
36)	28539/12	21/08/12	Humberto Ivar Araújo Coutinho	Prefeito	Caxias	Contratação de funcionários sem concurso público e de impressão de materiais gráficos exercício de 2011
37)	12126/14	24/03/14	Humberto Ivar Araújo Coutinho e Leonardo Barroso Coutinho	Prefeito e ex-Prefeito	Caxias	Prática de crime descrito no art. 10 da Lei nº 7347/85
38)	36112/12	18/10/12	Humberto Ivar Araújo Coutinho	Prefeito	Caxias	Contratação de funcionários sem concurso público exercício de 2008
39)	38541/12	07/11/12	Vadilson Fernandes Dias	Prefeito	Gonçalves Dias	Irregularidades na prestação de contas exercício 2005
40)	36109/12	18/10/12	Irene de Oliveira Soares	Prefeita	Presidente Dutra	Contratação ide funcionários sem concurso público
41)	23153/15	21/05/15	Iracy Martins Figueiredo e outro	Procuradora de Justiça		Art. 312 c/c art. 29, todos do Código Penal brasileiro, por desviarem o uso do veículo oficial da frota do MP para fins pessoais
42)	33263/12	26/09/12	Irene de Oliveira Soares	Prefeita	Presidente Dutra	Contratação irregular de funcionário exercício de 2005
43)	27463/12	14/08/12	Joacy de Andrade Barros	Prefeito	Mirador	Deixou de prestar contas anuais referentes ao exercício financeiro de 2011
44)	35930/12	17/10/12	Jânio de Sousa Freitas	Prefeito	Trizidela do Vale	Ausência de licitação exercício 2005
45)	27491/12	14/08/12	Jânio de Sousa Freitas	Prefeito	Trizidela do Vale	Deixou de prestar contas anuais referentes ao exercício financeiro de 2011

<b>DENÚCIA</b>						
	<b>Nº</b>	<b>Abertura</b>	<b>Réu</b>	<b>Cargo</b>	<b>Município</b>	<b>Histórico</b>
46)	27456/12	14/08/12	José Arlindo Silva Sousa	Prefeito	Pinheiro	Deixou de prestar contas anuais referentes ao exercício financeiro de 2011
47)	27459/12	14/08/12	José Arnaldo Brito Magalhães	Prefeito	Fortaleza dos Nogueiras	Deixou de prestar contas anuais referentes ao exercício financeiro de 2011
48)	12508/14	26/03/14	José Aldo Ribeiro de Sousa	Prefeito	São João do Paraíso	Prática de crime previsto no art. 1º inciso VII, do Decreto Lei nº 201/67
49)	27345/12	13/08/12	José Eliomar da Costa Dias	Prefeito	Água Doce do MA	Deixou de prestar contas anuais referentes ao exercício financeiro de 2011
50)	38690/12	08/11/12	José Reis Neto	Prefeito	Aldeias Altas	Irregularidades nas prestações de contas
51)	4226/15	04/02/15	José Baldoíno e outros	Prefeito	Bacuri	Irregularidades no processo licitatório exercício 2013
52)	32413/12	10/09/12	João Batista Freitas	Prefeito	São Vicente Férrer	Ausência de licitação exercício de 2005
53)	27503/12	14/08/12	João Batista Freitas	Prefeito	São Vicente Férrer	Deixou de prestar contas anuais referentes ao exercício financeiro de 2011
54)	27775/12	27/07/12	João Batista Freitas	Prefeito	São Vicente Férrer	Descumprimento de ordem judicial
55)	4482/15	05/02/15	José Leane de Pinho Borges	Prefeito	Afonso Cunha	Despesas executadas sem realização prévia de processo licitatório
56)	27340/12	13/08/12	José Leane de Pinho Borges	Prefeito	Afonso Cunha	Deixou de prestar contas anuais referentes ao exercício financeiro de 2011
57)	23829/13	14/06/13	José Martinho dos Santos Barros	Prefeito	Cantanhede	Deixou de prestar contas anuais referentes ao exercício financeiro de 2009
58)	23161/13	11/06/13	José Martinho dos Santos Barros	Prefeito	Cantanhede	Contratações irregulares de concursos públicos
59)	35928/12	17/10/12	José Ribamar Rodrigues	Prefeito	Vitorino Freire	Contratação de funcionários sem concurso público

**DENÚCIA**

	<b>Nº</b>	<b>Abertura</b>	<b>Réu</b>	<b>Cargo</b>	<b>Município</b>	<b>Histórico</b>
60)	42226/12	06/12/12	José Ribamar Ribeiro Fonseca	Prefeito	Humberto de Campos	Contratação de servidor sem prévio concurso público
61)	27500/12	14/08/12	João Alves Alencar	Prefeito	Senador La Roque	Deixou de prestar contas anuais referentes ao exercício financeiro de 2011
62)	28540/12	21/08/12	João Alberto Martins Silva	Prefeito	Carolina	Falsidade ideológica referente a prestação de contas de 2006, 2007, 2008
63)	20964/12	28/06/12	José Creomar de Mesquita Costa	Prefeito	São Benedito do Rio Preto	Contratação de funcionários sem concurso público
64)	30319/12	03/09/12	José Carlos Sampaio	Prefeito	Cidelândia	Ausência de licitação e despesas não comprovadas exercício de 2008
65)	23928/12	19/07/12	José Venâncio Correa Filho	Prefeito	Bacabeira	Contratação de funcionários sem concurso público
66)	27471/12	18/08/12	João Cruz Ferreira	Prefeito	São José dos Basílios	Deixou de prestar contas anuais referentes ao exercício financeiro de 2011
67)	12137/14	24/03/14	José Leane de Pinho Borges	Prefeito	Coelho Neto	Falsificação de documento público
68)	28057/12	17/08/12	Kleber Alves de Andrade	Prefeito	São Domingos do MA	Falsidade ideológica referente a prestação de contas de 2010
69)	28057/12	14/08/12	Leão dos Santos Neto	Prefeito	Arari	Deixou de prestar contas anuais referentes ao exercício financeiro de 2011
70)	27450/12	14/08/12	Leão dos Santos Neto	Prefeito	Arari	
71)	27469/12	14/08/12	Luiz Gonzaga Barros	Prefeito	São Bento	Deixou de prestar contas anuais referentes ao exercício financeiro de 2011
72)	27466/12	14/08/12	Luiz Gonzaga Coqueiro Sobrinho	Prefeito	Presidente Vargas	Deixou de prestar contas anuais referentes ao exercício financeiro de 2011

<b>DENÚCIA</b>						
	<b>Nº</b>	<b>Abertura</b>	<b>Réu</b>	<b>Cargo</b>	<b>Município</b>	<b>Histórico</b>
73)	24849/15	29/05/15	Luíza Moura da Silva Rocha e outros	Prefeita	São João do Sóter	Deixou de devolver recursos de convênio. Aplicação irregular de recursos. Contratação de empresas sem licitação. Descumprimento da Lei Federal nº 4320/64.
74)	08972/14	28/02/14	Magno Augusto Bacelar	Deputado Estadual		Prestação de contas exercício 2005 como prefeito de Chapadinha
75)	34722/12	08/10/12	Maria da Conceição dos Santos Matos	Prefeito	Godofredo Viana	Irregularidades na prestação de contas exercício 2007
76)	27448/12	14/08/12	Maria Sônia Oliveira Campos	Prefeita	Axixá	Deixou de prestar contas anuais referentes ao exercício financeiro de 2011
77)	7643/14	21/02/14	Maria Deusdete de Lima	Prefeita	Centro do Guilherme	Ausência de licitação exercício de 2009
78)	22187/12	05/07/12	Maria do Socorro Almeida Waquim	Prefeita	Timon	Deixou de prestar contas de convênios exercício de 2011
79)	28065/12	17/08/12	Maria do Socorro Almeida Waquim	Prefeita	Timon	Deixou de prestar contas anuais referentes ao exercício financeiro de 2010
80)	19574/15	06/05/15	Manoel Edivan Oliveira Costa	Prefeito	Marajá do Sena	Crime (tipo penal descrito no art. 12 caput da Lei 10826/2003)
81)	42597/15	25/08/15	Nicodemus Ferreira Guimarães	Prefeito	São Domingos do Azeitão	Crime descrito no art. 1º, inciso V do Decreto -Lei nº 201/67
82)	56842/14	02/12/14	Omar de Caldas Furtado	Prefeito	Brejo	Irregularidades na prestação de contas exercício financeiro de 2006
83)	22491/12	09/07/12	Onacy Vieira Carneiro	Prefeito	Raposa	Contratação ide funcionários sem concurso público
84)	30766/12	06/09/12	Osmar de Jesus da Costa Leal	Prefeito	Santa Quitéria	Ausência de licitação e despesas não comprovadas exercício de 2005

<b>DENÚCIA</b>						
	<b>Nº</b>	<b>Abertura</b>	<b>Réu</b>	<b>Cargo</b>	<b>Município</b>	<b>Histórico</b>
85)	5726/13	06/02/13	Ricardo Henrique de Almeida	Promotor de Justiça		Perda do cargo
86)	54908/14	20/11/14	Raimundo de Oliveira Filho	Prefeito	Paulino Neves	Contratação ide funcionários sem concurso público - 2009
87)	27472/12	14/08/12	Raimundo Galdino Leite	Prefeito	São João do Paraíso	Deixou de prestar contas anuais referentes ao exercício financeiro de 2011
88)	27905/12	22/01/13	Raimundo Soares Cutrim e outros	Deputado Estadual	São Luís	Crime de falsidade ideológica
89)	15681/15	13/04/15	Raimundo Soares Cutrim	Deputado Estadual		Ausência de licitação na contratação de empresas
90)	35929/12	17/10/12	Raimundo Silva Rodrigues da Silveira	Prefeito	Parnarama	Deixou de prestar contas de convênio referente ao exercício financeiro de 2005
91)	25106/12	26/07/12	Raimundo Nonato Lisboa	Prefeito	Bacabal	Contratação ide funcionários sem concurso público - 2005
92)	30765/12	06/09/12	Raimundo Nonato e Silva	Prefeito	Barão de Grajaú	Ausência de licitação e despesas não comprovadas exercício de 2007
93)	28062/12	17/08/12	Raimundo Teles Pontes	Prefeito	Governador Luiz Rocha	Falsidade ideológica referente a prestação de contas de 2010
94)	18855/12	14/06/12	Rivalmar Luís Gonçalves Moraes	Prefeito	Viana	Ausência de licitação exercício de 2007
95)	22191/12	05/07/12	Rivalmar Luís Gonçalves Moraes	Prefeito	Viana	Ausência de licitação exercício de 2007
96)	38542/12	07/11/12	Rivalmar Luís Gonçalves Moraes	Prefeito	Viana	Ausência de licitação exercício de 2010
97)	41495/12	30/11/12	Rivalmar Luís Gonçalves Moraes	Prefeito	Viana	Irregularidades nas contas de gestão do FMS exercício de 2007
98)	60147/13	12/12/13	Sebastião Torres Madeira e outros	Prefeito	Imperatriz	Crime previsto no art. 92 da Lei nº 8666/93



<b>DENÚCIA</b>						
	<b>Nº</b>	<b>Abertura</b>	<b>Réu</b>	<b>Cargo</b>	<b>Município</b>	<b>Histórico</b>
99)	35386/15	17/07/15	Sebastião Torres Madeira e outros	Prefeito	Imperatriz	Desvio de verbas públicas por meio de licitações
100)	16889/12	07/05/13	Soliney Sousa Silva e outros	Prefeito	Coelho Neto	Contratação irregular de servidor
101)	27498/12	14/08/12	Uaunis Rocha Rodrigues	Prefeito	Serrano do Maranhão	Deixou de prestar contas
102)	27453/12	14/08/12	Valmira Miranda da Silva	Prefeito	Colinas	Deixou de prestar contas anuais referentes ao exercício financeiro de 2011
103)	26094/15	08/06/15	Valmir Belo Amorim	Prefeito	Araguanã	Deixou de prestar contas exercício de 2013
104)	38541/12	07/11/12	Vadilson Fernandes Dias e outros	Prefeito	Gonçalves Dias	Ausência de licitação e uso de documentos falsos
105)	27435/12	14/08/12	Washington Luís de Oliveira	Prefeito	Bacuri	Deixou de prestar contas anuais referentes ao exercício financeiro de 2011
106)	22854/15	20/05/15	Luiza Moura da Silva Rocha e outros	Prefeita	São João do Sóter	Deixou de devolver os recursos do convênio.
107)	23153/15	21/05/15	Iracly Martins Figueiredo Aguiar e outro	Procuradora de Justiça		Crime previsto no art. 312, c/c art. 29 do CPB
108)	60778/15	02/12/15	Antônio de Pádua Luz	Promotor de Justiça		Incurso nas penas do art. 317 do CP
109)	27829/15	16/06/15	Francisco Antônio Fernandes da Silva	Prefeito	Pedreiras	Prática de crime previsto no art. 90 da Lei 8.666/93, c/c o art. 71, caput do CP
110)	37548/15	30/07/15	Raimundo Nonato Silva	Prefeito	Cajapió	Contratação irregular de servidores
111)	56866/15	10/11/15	Sérgio Ricardo de Albuquerque Bogéa	Prefeito	Primeira Cruz	Contratação irregular de servidores
112)	60639/15	01/12/15	Manoel Edivan Oliveira da Costa	Prefeito	Marajá do Sena	Agiotagem

**DENÚCIA**

	<b>Nº</b>	<b>Abertura</b>	<b>Réu</b>	<b>Cargo</b>	<b>Município</b>	<b>Histórico</b>
113)	63750/15	21/12/15	Alberto Carvalho Gomes	Prefeito	Zé Doca	Contratação de servidor sem concurso público
114)	1219/16	13/01/16	Josemar Sobreiro Oliveira	Prefeito	Paço do Lumiar	Prática do crime previsto no art. 89, caput, da Lei 8.666/93
115)	1218/16	13/01/16	Cláudio Luiz Lima Cunha e outros	Prefeito	Apicum-Açu	Crime do art. 312, do CP por duas vezes, em concurso de pessoas (art. 29 do CP)
116)	1950/16	19/01/16	José Carlos de Almeida Júnior	Prefeito	Cururupu	Prática do ilícito penal previsto no artigo 129, § 9º, do CP c/c artigo 5º da Lei nº 11.340/2006
117)	2407/16	21/01/16	Antônio Cândido Ribeiro e outros	Prefeito	Santa Rita	Prática de crime previsto no art. 90 da Lei 8.666/93
118)	2393/16	21/01/16	Raimundo Alves Lima Neto	Prefeito	Tufilândia	Prática de crime previsto art. 1º, inciso XIV, do Decreto-Lei nº 201/1967, querendo sua notificação, conforme determina o art. 4º, da Lei nº 8038/90.
119)	3703/16	28/01/16	Humberto Ivar Araújo Coutinho e outros	Deputado Estadual		Prática de crime nos artigos 1º, I, do Decreto-Lei nº 201/67, art. 1º § 1º, II da Lei nº 9613/98 (antes da redação dada pela Lei nº 12683/12) c/c art. 29 do Código Penal
120)	3663/16	28/01/16	Othelino Nonva Alves Neto e outros	Deputado Estadual		pratica de crimes previsto no art. 29 da lei 8666/93 e no art. 312 do Código Penal, ambos c/c art. 69, CP,
121)	3898/16	29/01/16	Marcos Robert Silva Costa e outros	Prefeito	Matinha	Pratica de crime descrito no art. 1º, I, do Decreto Lei 201/67
122)	4977/16	03/02/16	Raimundo Soares Cutrim e outros	Deputado Estadual		Prática de crime previsto no art. 89 da Lei 8.666/93
123)	5735/16	11/02/16	Humberto Ivar Araújo Coutinho	Deputado Estadual		Prática dos crimes descritos no art. 1º, inciso II do Decreto Lei 201/67, art. 89 da Lei 8666/93, c/ art. 10 da Lei 7347/85, em concurso material de crime (art. 69 do Código Penal)

<b>DENÚCIA</b>						
	<b>Nº</b>	<b>Abertura</b>	<b>Réu</b>	<b>Cargo</b>	<b>Município</b>	<b>Histórico</b>
124)	05416/16	05/02/16	Humberto Ivar Araújo Coutinho	Deputado Estadual		Prática de crimes descritos no art. 1º, inciso II, do Decreto Lei 201/67 e art. 89 da Lei 8666/83, em concurso material de crime (art. 69 do CP)
125)	6390/16	15/02/16	José de Ribamar Costa Alves	Prefeito	Santa Inês	Prática de crime previsto no art. 213 do CP
126)	7861/16	23/02/16	Rigo Alberto Telles de Sousa e Carlos José Silva Matos	Deputado Estadual		Prática do ilícito penal previsto no caput do art. 312 c/c art. 29, caput do Código Penal brasileiro
127)	7841/16	23/02/16	Mauro da Silva Porto	Prefeito	Lagoa do Mato	Prática do crime previsto no art. 89 da Lei 8.666/93
128)	8356/16	25/02/16	Raimundo de Oliveira Filho	Prefeito	Paulino Neves	Contratação de funcionários sem concurso público
129)	8922/16	29/02/16	Humberto Ivar Araújo Coutinho	Deputado Estadual		Prática do crime previsto no art. 1º, XIII do Decreto Lei nº 201/67
130)	11514/16	11/03/16	Omar de caldas Furtado Filho	Prefeito	Brejo	Prática de crime previsto no artigo 89 da Lei 8666/93

AÇÃO CIVIL PÚBLICA					
	Nº	Abertura	Réu	Município	Cargo
01	917-20.2016.8.10.0029	24/02/16	Humberto Ivar Araújo Coutinho	Caxias	ex-Prefeito
02	916-35.2016.8.10.0029	24/02/16	Humberto Ivar Araújo Coutinho	Caxias	ex-Prefeito

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE				
	Nº	Abertura	Município	Histórico
1.	31853/12	17/09/12	Município de Açailândia	Em face da Lei Municipal nº 257/2006
2.	44867/12	27/12/12	Município de São Luís	Em face das Leis Municipais nºs 3663/1997 e 4053/2002
3.	10015/13	22/03/13	Estado do Maranhão	Em face da Resolução nº 01/2012-CPC – PCM, de 04/09/2012 do Conselho de Polícia Civil do Maranhão – CPC/MA
4.	20551/13	27/05/13	Município de Vitória do Mearim	Em face da Lei Municipal nº 259/94 do Município
5.	20566/13	27/05/13	Município de Santa Rita	Em face do art. 76 caput e parágrafo único da Lei Orgânica do Município
6.	21073/13	29/05/13	Município de Carutapera	Em face da Lei Complementar nº 26/2009
7.	24925/13	19/06/13	Município de Raposa	Em face da Lei Municipal nº 211/13
8.	7179/13	06/06/13	Município de Itapecuru-Mirim	Em face da Lei Municipal nº 1255/2013
9.	31574/13	16/07/13	Município de São Benedito do Rio Preto	Em face da Lei Municipal nº 659/2008
10.	25919/13	24/06/13	Município de Colinas	Retirada do ordenamento jurídico do Decreto Legislativo nº 93/12
11.	13764/13	17/04/13	Município de Imperatriz	Retirada do ordenamento jurídico dos incisos II, IV, V, VII, VIII, X, XII, XIII, XIV e XV todos do art. 2º da Lei Municipal nº 1395/11.

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE**

	<b>Nº</b>	<b>Abertura</b>	<b>Município</b>	<b>Histórico</b>
12.	59509/13	09/12/13	Município de Timon	declaração de inconstitucionalidade do parágrafo único, do art. 3º e do art. 5º, todos da Lei 1295/2004 do Município de Timon, que tipificou como crime de responsabilidade uma conduta praticada por prefeito e do Presidente da Câmara Legislativa do aludido Município.
13.	60209/13	12/12/13	Município de Coroatá	Retirada do ordenamento jurídico das Leis nºs 02/2013, 11/2013, 13/2013 do Município de Coroatá
14.	7260/14	1902/14	Municípios de Itaipava do Grajaú e Grajaú	Alteração de limites territoriais dos municípios
15.	20611/14	16/05/14	Estado do Maranhão	Inciso IX do at. 19 da Constituição do Estado do MA
16.	57175/14	25/11/13	Estado do Maranhão	Declaração de inconstitucionalidade da Resolução Administrativa nº 1616/2009 e da resolução legislativa nº 606/2010, mabas da Assembleia Legislativa do estado do Maranhão, que versavam sobre a fixação de valores de gratificações dos servidores da Assembleia Legislativa e remuneração de cargos comissionados. Parecer do MP opinando pela extinção da Adi
17.	20871/14	19/05/14	Município de Timon	Art. 13, caput e parágrafo único e art. 14 caput, incisos I e II, todos da Lei 1511/2007
18.	34115/12	03/10/12	Município de Coroatá	Em face da Lei nº 389/12
19.	33983/14	23/07/14	Município de Barreirinhas	Declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 652/2011
20.	54846/13	12/11/13	Município de Barreirinhas	Medida cautelar deferida. Trata da taxa de turismo instituída pelo Município de Barreirinhas. Visa a declaração de inconstitucionalidade do art. 11 da Lei nº 564/2007 e por arrastamento a declaração de inconstitucionalidade dos arts. 40 a 44 do Decreto nº 3, todos do Município de Barreirinhas.
21.	38472/14	18/08/14	Município de Estreito	Iluminação Pública
22.	45653/14	25/09/14	Município de Conceição do Lago Açu	Em face da Lei nº 03 de 10/04/2005

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE**

	<b>Nº</b>	<b>Abertura</b>	<b>Município</b>	<b>Histórico</b>
23.	17637/14	28/04/14	Município de Caxias	Retirada do ordamento jurídico dos incisos III, IV, e VI, todos do § 1º do art. 1º, do inciso V do art. 3º do art. 6º caput §§1º e 2º todos da Constituição Municipal nº 1314 de 23/11/1995.
24.	38437/13	16/08/13	Município de Pedreiras	Declaração de inconstitucionalidade da Lei 1.350/2013 do Município de Pedreiras, que trata sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
25.	54835/14	20/11/14	Município de São Luís Gonzaga	Ação direta de inconstitucionalidade e intentada contra a Lei nº 463/2012, que fixou salários de Prefeito e de Vice Prefeito municipal para 2013/2016, bem como em face da resolução nº 005/212, que fixou por sua vez, e para igual período os subsídios dos vereadores.
26.	54834/14	20/11/14	Município de Grajaú	Ação direta de inconstitucionalidade e intentada contra todo o teor as Leis 180/2013 e 243/2013, que dispõem sobre contratação de pessoas por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcionais interesses públicos e que estipulam o prazo de validade dos contratos.
27.	55761/14	26/11/14	Estado do Maranhão	Reiterar o ordenamento jurídico do art. 2º da Lei estadual nº 8616/07, que dispõe sobre a utilização e transferência dos saldos credores acumulados do ICMS em decorrência de operações de exportação de mercadorias.
28.	56913/14	03/12/14	Estado do Maranhão	Em face da lei que estruturou o Conselho Estadual de saúde
29.	56910/14	03/12/14	Estado do Maranhão	Em face da lei que estruturou o Conselho Municipal de saúde
30.	19643/15	06/05/15	Município de Pedreiras	Tendo por objeto a retirada do ordenamento jurídico da alínea “c”, do art. 8º; da primeira parte do caput do art. 10 (Fica criado o cargo em comissão de Agente de Controle Interno fixada no nível DAS – 1); e o parágrafo único do art. 10, todos da Lei Complementar no. 20, de 22 de maio de 2013, do Município de Pedreiras/MA, que dispõe sobre a criação, organização e atuação do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo do Município de Pedreiras, e dá outras providências

<b>AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE</b>				
	<b>Nº</b>	<b>Abertura</b>	<b>Município</b>	<b>Histórico</b>
31.	24847/15	29/05/15	Município de Carolina	Tendo por objeto a retirada do ordenamento jurídico da Lei nº 281, de 22 de outubro de 2003, que alterou a Lei nº 052/90, a qual preconizou a autorização genérica e indeterminada data pelo poder Legislativo, para a adoção de terrenos deste município por parte do Executivo, sem autorização daquele.
32.	47700/15	23/09/15	Município de Tuntum	Tendo por objeto a retirada do ordenamento jurídico a Lei nº 839/2015, de 12/03/15, do Munic. de Tuntum, que dispõe sobre a contratação de Pessoal e Serviços Diversos por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público do Município, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal.
33.	819/16	11/01/16	Município de Montes Altos	Tendo por objeto a retirada do ordenamento jurídico da Lei nº 012/2013 do Município de Montes Altos
34.	2387/16	21/01/16	Município de Grajaú	Tendo por objeto a retirada do ordenamento jurídico da Lei nº 273 do Município de Grajaú, “que autorizou o Poder Executivo a promover Leilão para alienar terras, terrenos e lotes de propriedade da Prefeitura Municipal.”
35.	8921/16	29/02/16	Município de Amarante do Maranhão	Tendo por objeto a declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 399/2015 de 20 de março de 2015

<b>REPRESENTAÇÃO PARA FINS DE INTERVENÇÃO</b>					
	<b>Número</b>	<b>Abertura</b>	<b>Município</b>	<b>Órgão</b>	<b>Nome Prefeito</b>
1.	18166/13	15/05/13	São Domingos do Azeitão	Prefeitura	Sebastião Fernandes Barros
2.	18170/13	15/05/13	São Francisco do Brejão	Prefeitura	Alexandre Araújo dos Santos
3.	18172/13	15/05/13	São Francisco do MA	Prefeitura	Francisco Ademar dos Santos
4.	18187/13	15/05/13	Pinheiro	Prefeitura	José Arlindo S. Sousa
5.	18163/13	15/05/13	São Vicente de Ferrer	Prefeitura	João Batista Freitas
6.	18152/13	15/05/13	Bacabal	Prefeitura	Raimundo Nonato Lisboa
7.	18176/13	15/05/13	Davinópolis	Prefeitura	Francisco Pereira Lima
8.	18154/13	15/05/13	Cajapió	Prefeitura	Francisco Xavier Silva Neto
9.	18151/13	15/05/13	Icatú	Prefeitura	Juarez Alves Lima
10.	18160/13	15/05/13	Igarapé do Meio	Prefeitura	José Costa Soares Filho
11.	18167/13	15/05/13	Joselândia	Prefeitura	Maria Edila de Queiroz Abreu
12.	18181/13	15/05/13	Formosa da Serra Negra	Prefeitura	Enésio Lima Milhomem
13.	18179/13	15/05/13	Dom Pedro	Prefeitura	Maria Arlene Barros Costa
14.	18153/13	15/05/13	Campestre do Maranhão	Prefeitura	Emivaldo Vasconcelos Macedo
15.	18149/13	15/05/13	Apicum-Açú	Prefeitura	Sebastião Lopes Monteiro
16.	18171/13	15/05/13	Viana	Prefeitura	Rivalmar Luís Gonçalves Moura e Benedito Coelho Filho
17.	18165/13	18/05/13	Vila Nova dos Martírios	Prefeitura	Wellington de Sousa Pinto
18.	18183/13	15/05/13	Central do Maranhão	Prefeitura	Iran Monteiro Costa
19.	18180/13	15/05/13	Araguanã	Prefeitura	Márcio Regino Mendonça Weba
20.	18164/13	15/05/13	Santo Amaro do MA	Prefeitura	Francisco Lisboa da Silva
21.	18162/13	1/05/13	Santa Luzia do Paruá	Prefeitura	José Nelton Marreiros Ferraz



**REPRESENTAÇÃO PARA FINS DE INTERVENÇÃO**

	<b>Número</b>	<b>Abertura</b>	<b>Município</b>	<b>Órgão</b>	<b>Nome Prefeito</b>
22.	18155/13	15/05/13	Serrano do Maranhão	Prefeitura	Maunis Rocha Rodrigues
23.	18150/13	15/05/13	Anajatuba	Prefeitura	Nilton da Silva Lima Filho
24.	18159/13	15/05/13	São José dos Basílios	Prefeitura	João da Cruz Ferreira
25.	18177/13	15/05/13	Trizidela do Vale	Prefeitura	Janio de Sousa Freitas
26.	18173/13	15/05/13	Turilândia	Prefeitura	Domingos Sávio Fonseca da Silva
27.	18156/13	15/05/13	São João do Paraíso	Prefeitura	Evaires Martins do Vale
28.	18182/13	15/05/13	Pirapemas	Prefeitura	Elizeu Barros de Carvalho Moura
29.	18185/13	15/05/13	Senador La Roque	Prefeitura	João Alves Alencar
30.	18184/13	15/05/13	Graça Aranha	Prefeitura	Edvânio Nunes Pessoa
31.	18186/13	15/05/13	Benedito Leite	Prefeitura	Raimundo Coelho Júnior
32.	18178/13	15/05/13	Maracaçumé	Prefeitura	José Francisco Costa de Oliveira
33.	18175/13	15/05/13	Peritoró	Prefeitura	Agamenon Lima Milhomem
34.	39601/13	22/08/13	Lago Verde	Prefeitura	Olivar Lopes de Melo
35.	42742/13	06/09/13	Paço do Lumiar	Prefeitura	Glorismar Rosa Venâncio (lixão)
36.	22956/12	11/07/12	Paço do Lumiar	Prefeitura	Glorismar Rosa Venâncio
37.	18559/16	20/04/16	Apicum Açu	Prefeitura	Cláudio Luiz Lima Cunha

**RECURSO ESPECIAL**

	<b>Nº</b>	<b>Abertura</b>	<b>Recorrente</b>	<b>Recorrido</b>
1.	36924/12	21/10/12	MP	Celson César do Nascimento Mendes (Apelação Cível nº 17532/12)
2.	598/13	18/12/12	MP	Antonio Rodrigues de Melo (Recurso Esp. Criminal nº 12368/2010)
3.	42111/12	05/12/12	MP	Benedito Frazão Bezerra (Agravo Reg. nº 288/33/12)
4.	36999/13	09/08/13	MP	Delmar Barros da Silveira Sobrinho (Notícia Crime nº 31754/2011)
5.	31590/13	16/07/13	MP	Alúcio Guimarães Mendes Filho e outros (Rec. Esp. Criminal nº 11983/2013)
6.	19512/13	21/05/13	MP	Eliseu Barroso de Carvalho Moura ( Rec. Esp. Criminal nº /2012)
7.	9620/13	20/03/13	MP	Luiz Gonzaga Muniz Fortes Filho (Apelação Cível nº 28933/2012)
8.	2083/13	24/01/13	MP	Luiza Moura da Silva Rocha (Ação Penal nº 12801/2012)
9.	24283/14	05/06/14	MP	José Martinho dos Santos Barros – Pref.. de Cantanhede (Proc. nº 23829TJ/2013)
10.	36160/14	04/08/14	MP	Maria Aparecida Queiroz Furtado e Ferdinan Vieira Guimarães (Ação Penal nº 28919/13)
11.	17985/15	27/04/15	MP	Luiza Moura da Silva Rocha (MS nº 34540/13)
12.	49890/15	29/09/15	MP	Amanda Jullyen de Albuquerque Cavalcanti Bohn (MS nº 54566/14)
13.	7259/16	19/02/16	MP	Valmir Belo Amorim – Pref. de Araguaã (Denúncia nº 26094/2015)
14.	18238/16	19/04/16	MP	Gasóleos Santa Terezinha Ltda e outros (Agravo Regimental nº 63362/15)
15.	20356/16	02/05/16	MP	Josival Cavalcanti da Silva (Habeas Corpus nº 3991/16)
16.	20701/16	03/05/16	MP	Raimundo Nonato Lisboa (Habes Corpus nº 59478/15)
17.	21156/16	05/05/16	MP	José Etevaldo Carneiro Júnior e Cinthya Maria Costa Carneiro (Processo Criminal nº 22700/15)
18.	20978/16	04/05/16	MP	Gilberto Ferreira Gomes rodrigues (Processo nº 59704/15)

<b>RECURSO EXTRAORDINÁRIO</b>				
	<b>Nº</b>	<b>Abertura</b>	<b>Recorrente</b>	<b>Recorrido</b>
1.	42112/12	05/12/12	MP	Benedito Frazão Bezerra (Agravo Reg. nº 288/33/12)
2.	36926/12	21/10/12	MP	Celso César do Nascimento Mendes (Apelação Cível nº 17532/12)
3.	9621/13	20/03/13	MP	Luiz Gonzaga Muniz Fortes Filho (Embargos de Declaração nº 28933/2012)
4.	61319/13	04/04/14	MP	Raimundo Soares Cutrim, Carlos Alberto Franco de Almeida e outros
5.	40787/15	17/08/15	MP	Câmara Municipal de Carutapera e o Município de Carutapera (ADIN 021073/2013)
6.	44013/15	01/09/15	MP	Igor Adriano Trinta Marques (Embargos de Declaração no MS nº 037563/2014)
7.	48908/15	29/09/15	MP	Amanda Jullyen de Albuquerque Cavalcanti Bohn (MS nº 54566/14)
8.	54822/15	28/10/15	MP	Prefeito do Município de São Luís (ADIN nº 56910/2014)
9.	23143/16	17/05/16	MP	Francisco de Assis Maciel Carvalho Júnior (Embargos de Declaração no MS nº 52889/14)

AGRAVO REGIMENTAL				
1.	Nº	Abertura	Recorrente	Recorrido
2.	42112/12	05/12/12	MP	Benedito Frazão Bezerra (Agravo Reg. nº 288/33/12)
3.	41987/12	04/12/12	MP	Brecil e Município de São Luís (Ação Rescisória 29261/2012)
4.	28833/12	23/08/12	MP	Benedito Frazão Bezerra ( Apelação Cível nº 12490/2011)
5.	30172/12	31/08/12	MP	Maria Ilsa de Oliveira Bandeira e outros (Suspensão de Segurança nº 25136/2012)
6.	40845/13	28/08/13	MP	Delegada Geral e Pres. do Conselho de Polícia Civil do MA (ADIN nº 10015/13)
7.	39014/13	20/08/13	MP	Des. Jaime Ferreira de Araújo (Mand. Segurança nº 33731/13)
8.	34969/13	01/08/13	MP	Munic. de Governador Edson Lobão (Suspensão de Liminar nº 25068/13)
9.	16366/13	03/05/13	MP	Carlos Serra Martins (Ação Penal nº 1472/2013)
10.	15421/13	29/04/13	MP	Roberta Maria Gonçalves Barreto (Agravo de Instrumento nº 05736/2013)
11.	8355/13	13/03/13	MP	Munic. São Francisco do Brejão (Suspensão de Liminar nº 042298/2012)
12.	7902/13	11/03/13	MP	Munic. De Senador La Roque (Suspensão de Liminar nº 044655/2012)
13.	5161/13	07/02/13	MP	Munic. São João do Paraíso (Suspensão de Liminar nº 036072/2012)
14.	305931/13 - STJ	09/09/13	MP	Othelino Nova Alves Neto (Agravo em Rec. Especial nº 2012/118031-2)
15.	31796/13	17/07/13	MP	Eliseu Barroso de Carvalho Moura (Recurso Especial nº 12800/2012)
16.	1627/14	17/01/14	MP	Desembargadora Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz (MS nº 60372/13)
17.	12888/14	28/03/14	MP	Eduardo Jorgre Hiluy Nicolau (MS nº 3620/14)
18.	36840/14	06/08/14	MP	Estado do Maranhão (Suspensão de Execução de Sentença nº 30788/2014)
19.	38180/14	15/08/14	MP	Igor Adriano Trinta Marques (MS nº 37563/14)
20.	37924/14	14/08/14	MP	Maria de Fátima Rodrigues Travassos (MS nº 31230/14)
21.	55056/14	21/11/14	MP	Estado do Maranhão (Reclamação nº 00054394/2014 - transporte público)

AGRAVO REGIMENTAL				
1.	Nº	Abertura	Recorrente	Recorrido
22.	56092/14	28/11/14	MP	Francisco de Assis Maciel Carvalho Júnior (MS nº 52889/14)
23.	42086/15 STF	26/08/15	MP	José Baldoíno da Silva Nery – Prefeito Municipal de Bacuri (Suspensão de Liminar nº 894)
24.	44016/15	01/09/15	MP	Francisco Antônio Fernandes da Silva (Suspensão de Liminar nº 0007482-24.2015.8.10.0000)
25.	51370/15	09/10/15	MP	Defensoria Pública do estado do Maranhão (Suspensão de Liminar nº 40240/15)
26.	55516/15	03/11/15	MP	Denise Oliveira Belém (MS 052675/2015)
27.	57260/15	12/11/15	MP	Município de São José de Ribamar ( Suspensão de Liminar nº 50086/15)
28.	59624/15	25/11/15	MP	Clayanne Sousa Falcão Barreto (MS nº 55433/2015)
29.	63359/15	17/12/15	MP	José Etevaldo Carneiro Júnior e Cinthya Maria Costa Carneiro (processo criminal nº 0003919-22.2015.8.10.0000)
30.	63362/15	17/12/15	MP	Gasóleos Santa Terezinha LTDA, Nosso Posto Joyce II LTDA e Comércio de Petróleo Joyce LTDA)
31.	1010/16	12/01/16	MP	Município de Magalhães de Almeida – Suspensão de Liminar nº 62046/2015
32.	3937/16	29/01/16	MP	Hélder Lopes Aragão e outros (Ação Penal nº 28875/2015)
33.	6350/16	15/02/16	MP	Município de Paço do Lumiar (Suspensão de Liminar nº 12994/15)
34.	11076/16	09/03/16	MP	Tâmara Silva de Assunção (MS nº 005912/2016)

<b>AGRAVO DE INSTRUMENTO</b>				
	<b>Nº</b>	<b>Abertura</b>	<b>Agravante</b>	<b>Agravado</b>
1.	40440/13	27/08/13	MP	Núbia Zeile Pinheiro Gomes (Mand. Segurança nº 30776/2013)
2.	46355/13	26/09/13	MP	Aluísio Guimarães Mendes Filho e outros
3.	19065/14	08/05/14	MP	Magno Augusto Bacelar Nunes (Agravo de Instrumento em Recurso Especial)
4.	39613/14	22/08/14	MP	José Martinho dos santos Barros – Prefeito Municipal de Cantanhede (Proc. nº 23829/13)
5.	1585/16	15/01/16	MP	Igor Adriano Trinta Marques – Rec. Extraord. Cível nº 44013/2015)

<b>AGRAVO INTERNO</b>				
	<b>Nº</b>	<b>Abertura</b>	<b>Autor</b>	<b>Requerido</b>
1.	19162/16	25/04/16	MP	Magno Rogério Siqueira Amorim e outros (Processo nº 016278/16 – Cautelar Penal: Afastamento de sigilos fiscais e bancários)
2.	19161/16	25/04/16	MP	Magno Rogério Siqueira Amorim e outros (Processo nº 015755/16 – Cautelar Penal: Afastamento dos cargos e funções; Bloqueio e Indisponibilidade de Bens)
3.	19154/16	25/04/16	MP	Magno Rogério Siqueira Amorim e outros (Processo nº 016274/16 – Cautelar Penal: Busca e Apreensão)
4.	20699/16	03/05/16	MP	Município de São Luís ( Suspensão de Execução de Sentença nº 009441/16)
5.	22520/16	13/05/16	MP	Jaciana Castro Silva (MS nº 0010162-79.2015.8.10.0000)
6.	20066/16	29/04/16	MP	Delmar Barros da Silveira Sobrinho (Suspensão de Liminar 15950/16)
7.	23139/16	17/05/16	MP	Município de São José de Ribamar (Suspensão de Tutela Antecipada 1897/16)
8.	23408/16	18/05/16	MP	Beatriz de Sousa Machado (MS nº 19322/16)

<b>EMBARGOS DE DECLARAÇÃO</b>				
	<b>Nº</b>	<b>Abertura</b>	<b>Embargante</b>	<b>Embargado</b>
1.	61319/13	19/12/13	MP	Sebastião Cardoso Filho e outros
2.	0575/14	08/01/14	MP	Câmara Municipal e o Município de Pedreiras
3.	13759/15	30/03/15	MP	Igor Adriano Trinta Marques (MS nº 37563/2014)
4.	20529/15	11/05/15	MP	Câmara de Vereadores de Carutapera/MA (ADIN nº 21073/2013)
5.	20543/15	11/05/15	MP	Município de São Luís (Reclamação nº 54394/14)
6.	42273/15	24/08/15	MP	Amanda Jullyen de Albuquerque Cavalcanti Bohn – MS nº 54566/2014
7.	47694/15	23/09/15	MP	Município de São Luís (ADIN nº 56910/14)
8.	59428/15	24/11/15	MP	Gilliano Fred Nascimento Cutrim ( Denúncia nº 14988/2015)
9.	2391/16	21/01/16	MP	Francisco de Assis Maciel Carvalho Júnior (MS nº 52889/2014)
10.	2390/16	21/01/16	MP	Francisco de Assis Maciel Carvalho Júnior (MS nº 52889/2014)
11.	18344/16	19/04/16	MP	Superintendência Estadual de Prevenção e Combate a Corrupção (Processo nº 6672/16)
12.	18859/16	22/04/16	MP	Raimundo de Oliveira Filho (Denúncia nº 54908/2014)

<b>MANDADO DE SEGURANÇA</b>				
	<b>Nº</b>	<b>Abertura</b>	<b>Impetrante</b>	<b>Impetrado</b>
1.	47767/13	03/10/13	MP	Maria das Graças de Castro Duarte Mendes e outros
2.	60372/13	13/12/13	MP	Luíza Madeiro Nepomuceno – Juíza de Direito
3.	61628/13	12/12/13	MP	Angela Maria Moraes Salazar – Desembargadora
4.	5047/16	041/02/16	MP	Josival Cavalcante da Silva (Pacovan) (HC 03991/16)
5.	6034/16	12/02/16	MP	Antônio de Pádua Luz e Otoniel Teixeira Silva (Ação Penal nº 28172/14 e Proc. Adm. Disciplinar nº 003/2011)

<b>RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL</b>			
<b>Nº</b>	<b>Abertura</b>	<b>Reclamante</b>	<b>Reclamado</b>
6364/14-STF	20/02/14	MP	TJ/MA – nos autos do MS nº 4007/13

<b>AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA</b>			
<b>Nº</b>	<b>Abertura</b>	<b>Reclamante</b>	<b>Reclamado</b>
9756/2014-STF	11/03/14	MP	MPF – nos autos do Inquérito Civil Público nº 1.19.000.000598/2011-71
9760/2014-STF	11/03/14	MP	MPF – nos autos do Inquérito Civil Público nº 1.19.000.000451/2010-08
9745/2014-STF	11/03/14	MP	MPF – nos autos do Inquérito Civil Público nº 1.19.000.000594/2011-92
15275/2014-STF	08/04/14	MP	MPF – nos autos do Inquérito Civil Público nº 1.19.000.000694/2010-38

<b>AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS, COM PEDIDO DE LIMINAR</b>			
<b>Nº</b>	<b>Abertura</b>	<b>Reclamante</b>	<b>Reclamado</b>
24483/14	06/06/14	MP	Município de Bacuri – Prefeito José Balduino da Silva Nery

<b>AÇÃO CIVIL - Decretação da Perda do Cargo de Membro Vitalício do MP</b>			
<b>Nº</b>	<b>Abertura</b>	<b>Reclamante</b>	<b>Reclamado</b>
41439/15	19/08/15	MP	Carlos Serra Martins





